**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**

**CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE HUMANA E MEIO AMBIENTE- PPGSHMA**

**MIRELLE JENIFFER FERREIRA DE LIMA**

# ANÁLISE DAS AÇÕES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL REALIZADAS EM UMA COMUNIDADE DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO – PERNAMBUCO

**Vitória de Santo Antão**

**2017**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**

**CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE HUMANA E MEIO AMBIENTE- PPGSHMA**

## MIRELLE JENIFFER FERREIRA DE LIMA

# ANÁLISE DAS AÇÕES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL REALIZADAS EM UMA COMUNIDADE DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO – PERNAMBUCO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Humana e Meio Ambiente da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para obtenção do título de Mestre em Saúde Humana e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Saúde e Ambiente.

ORIENTADORA: Prof. Dra. Florisbela de Arruda Câmara e Siqueira Campos

COORIENTADOR: Prof. Dr. Luiz Miguel Picelli Sanches

**Vitória de Santo Antão**

**2017**

Catalogação na Fonte
Sistema de Bibliotecas da UFPE. Biblioteca Setorial do CAV.
Bibliotecária Jaciane Freire Santana, CRB4-2018

L732a Lima, Mirelle Jeniffer Ferreira de.
Análise das ações em educação ambiental realizadas em uma comunidade do município de Vitória de Santo Antão – Pernambuco/ Mirelle Jeniffer Ferreira de Lima. Vitória de Santo Antão, 2017.
63 f.; il. color.

Orientadora: Florisbela de Arruda Câmara e Siqueira Campos.
Coorientador: Luiz Miguel Picelli Sanches
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAV.Programa de pós-Graduação em Saúde Humana e Meio Ambiente, 2017
Inclui anexos e apêndices.

1. Educação Ambiental.2.Coleta Seletiva de lixo. I. Campos, Florisbela de Arruda Câmara e Siqueira (Orientadora). II. Sanches, Luiz Miguel Picelli. III.Título.

363.70071CDD (23.ed.) **BIBCAV/UFPE-173/2017**

**Mirelle Jeniffer Ferreira de Lima**

# ANÁLISE DAS AÇÕES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL REALIZADAS EM UMA COMUNIDADE DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO-PERNAMBUCO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Humana e Meio Ambiente da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Saúde Humana e Meio Ambiente.

Aprovada em: 29/05/2017.

_____

Orientadora:**Dr.ª Florisbela de Arruda Câmara e Siqueira Campos**
Universidade Federal de Pernambuco

**BANCA EXAMINADORA:**

_____

**Dr. Emerson Peter da Silva Falcão**
Universidade Federal de Pernambuco

_____

**Dr.ª Silvana Gonçalves Brito de Arruda**
Universidade Federal de Pernambuco

_____

**Dr.ª Zelyta Pinheiro de Faro**
Universidade Federal de Pernambuco

*À minha filha Lua Clara, por me proporcionar sentir o maior amor que existe.*

# AGRADECIMENTOS

À minha avó Maria Carlos (*In memoriam*), por sempre ter acreditado em mim, por ter lutado para que meus sonhos fossem realizados, por ter demonstrado tanto orgulho de mim, motivos que me fazem seguir, encarar todas as situações mesmo sentindo medo.

Ao meu padrasto Correia (*In memoriam*), que estaria eufórico se aqui estivesse. Um verdadeiro pai que me aconselhava e incentivava, um pai que um anjo me presenteou e depois levou.... Todaviaposso sentir seu sorriso orgulhoso e aquele jeito peculiar de me elogiar.

À minha mãe Teresinhapela compreensão e pela ajuda no cuidado e na educação da minha filha nos momentos em que estive ausente.

Ao meu professor, *Sansei*, amigo Emerson Peter, por ter acreditado em mim, pela humanidade e compreensão, pelo abraço no momento de dificuldade, pelo olhar na alma e pelos conselhos valiosos.

Á minha orientadora Florisbela Campos, por ter aceitado me orientar e ser sempre tão atenciosa.

Ao amigo David Azevedo, que durante o processo de elaboração do estudo trabalhava na AMAVISA, e sempre foi atencioso e disposto a me ajudar.

Enfim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a concretização desse sonho.

# LISTA DE ABREVIATURAS

| | |
|---|---|
| ABEPE | Associação Brasileira de Estudos Psicanalíticos do Estado de Pernambuco |
| ABRELPE | Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais |
| AMAVISA | Agência Municipal do Meio Ambiente da Vitória |
| CEMPRE | Compromisso Empresarial para Reciclagem |
| PEV | Ponto de Entrega Voluntária |
| PNEA | Política Nacional de Educação Ambiental |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação |
| PCNs | Parâmetros Curriculares Nacionais |
| PEAT | Programa de Educação Ambiental do Trabalhador |
| IDH | Índice de Desenvolvimento Humano |
| TCLE | Termo de Compromisso Livre e Esclarecido |
| SISNAM | Sistema Nacional do Meio Ambiente |

# RESUMO

O presente estudo tem como objetivo central, analisar a compreensão dos moradores do bairro de Redenção, no município de Vitória de Santo Antão – PE, sobre as ações de educação ambiental realizadas na comunidade. Trata-se de um estudo descritivo, exploratório, com abordagem qualitativa, onde foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturado. A seleção dos participantes da pesquisa foi realizada nos locais específicos, que fizeram parte da área de abrangência das ações de educação ambiental realizadas pela Agência Municipal do Meio Ambiente da Vitória de Santo Antão - AMAVISA. A análise de conteúdo foi organizada, segundo a técnica de Bardin, em três etapas cronológicas:1. Pré-análise, 2. exploração do material e 3. Tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Os resultados permitiram entender que a amostra de pesquisa avaliada é concordante na insatisfação com a descontinuidade da ação de educação ambiental da AMAVISA, bem como acredita que por conta dessa descontinuidade, a ação como um todo, de pouco ou nada, valeu, pois não foi capaz de fomentar na população local, uma conscientização efetiva sobre o meio ambiente. Além disso, sobre o conhecimento da população em relação à coleta seletiva e reciclagem, nota-se pouco conhecimento no geral, justamente o tema que foi eleito pela AMAVISA na ação de educação ambiental.



**Palavras-chave**: Educação ambiental. Meio ambiente. Coleta seletiva. Reciclagem.

# ABSTRACT

The present study has as main objective to analyze the understanding of the residents of the neighborhood of Redenção in the city of Vitória de Santo Antão - PE, on the environmental education actions carried out in the community. It is a descriptive, exploratory study with a qualitative approach, where a semi-structured interview script was used. The selection of the participants of the research was carried out in the specific places that were part of the scope of the environmental education actions carried out by the Municipal Agency of the Environment of Vitória de Santo Antão - AMAVISA. Content analysis was organized, according to Bardin 's technique, in three chronological stages: 1. Pre-analysis, 2. exploration of the material and 3. Treatment of results, inference and interpretation. The results allowed us to understand that the research sample evaluated is consistent with the dissatisfaction with the discontinuity of the environmental education action of AMAVISA, and also believes that because of this discontinuity, the action as a whole was of little or nothing value, since it was not able to foment In the local population an effective awareness about the environment. In addition, on the knowledge of the population regarding selective collection and recycling, there is little knowledge in general, precisely the theme that was elected by AMAVISA in the environmental education action.



**Keywords:** Environmental education. Environment. Selective collect. Recycling

# SUMÁRIO

**1 INTRODUÇÃO**.....11
**1.2 Objetivos**.....13
1.2.1 Objetivo geral.....13
1.2.2 Objetivos específicos.....13
**1. 3 Embasamento teórico** .....13
1.3.1 Educação Ambiental .....13
1.3.2 Saúde e Meio Ambiente .....17
1.3.3 Gestão e Gerenciamento de Resíduos Sólidos
Urbanos, Reciclagem e Coleta seletiva .....18
**1.4 Materiais e métodos**.....21
1.4.1 Tipo de estudo.....21
1.4.2Local do estudo.....21
1.4.3 População do estudo.....23
1.4.4 Critérios de inclusão.....23
1.4.5 Critérios de exclusão.....24
1.4.6 Amostra.....24
1.4.7 Instrumento para coleta de dados.....24
1.4.8 Coleta dos dados e Análise.....24
1.4.9 Considerações éticas .....26
**2 ANÁLISE DAS AÇÕES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL REALIZADAS EM UMA COMUNIDADE DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO – PERNAMBUCO.**
**Resumo**.....27
**2.1 Introdução**.....28
**2.2 Materiais e Metódos**.....28
**2.3 Resultados** .....29
**2.4 Discussão**.....44
**2.5 Conclusão** .....48
**2.6 Referências Bibliográficas**.....48
**Referências**.....51
**Apêndice A**.....56
**Apêndice B**.....57

**Anexo A**.....59
**Anexo B**.....62
**Anexo C**.....63

# 1 INTRODUÇÃO

As modificações no meio ambiente influenciam na saúde da coletividade, por isso, atualmente as questões referentes ao tema meio ambiente tornam-se uma preocupação, visto que a sociedade se desenvolve economicamente sem dar a devida importância aos danos causados ao ecossistema (BESERRA et al., 2010).

A educação ambiental no seu aspecto transformador, acontece a partir do olhar crítico da população para as vertentes que intervém na sua qualidade de vida e discorre sobre os fatores econômico, políticos e sociais (BRASIL, 2009).

Ao abordar a questão da conscientização pela perspectiva de Paulo Freire (1980), essa se torna uma das categorias de sua abordagem educacional, no que tange ao desenvolvimento da consciência crítica em relação aos fenômenos da realidade, da vida. Portanto, a transformação da sociedade, na ótica freireana, ocorre por meio do progresso coletivo dessa, que deve avançar em relação ao fomento de uma consciência crítica sobre o contexto real.

No que diz respeito ao meio ambiente, mesmo que a conscientização ambiental seja um processo introspectivo, cujo o indivíduo adquire tais pensamentos, existem métodos educacionais que visam tentar acelerar esse processo, caso não seja o suficiente existem métodos legislativos através de punições instituídas pelo Direito Ambiental.

De acordo com Abdala et al. (2008), a educação ambiental é capaz de causar mudanças de concepção, atitudes e hábitos de uma porção significante de pessoas no que tange a gestão de resíduos sólidos. Para que isso ocorra, se faz necessário que o procedimento metodológico transcorra de forma a esclarecer a população sobre os problemas ambientais causados pela geração de grande quantidade de resíduos, sua disposição final e sobre as consequências ao meio ambiente.

A Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, instituída pela lei nº 9.795 de 1999, e regulamentada pelo decreto nº 4.281 de 2002, representou significantes avanços no que diz respeito a Educação Ambiental, definindo-a como uma ação permanente e continuada, existindoe articulando-se, em todas as modalidades do desenvolvimento educativo. Baseado nisso, existem diversas ações de educação ambiental no intuito de promover um pensamento crítico na sociedade e com isso

o bem-estar humano e ecológico. Essas ações são realizadas de várias formas, com distintos públicos e metodologias (BRASIL, 2009).

O presente estudo parte da análise de uma situação-problema encontrada na cidade de Vitória de Santo Antão, relacionada à questão da educação ambiental. A cidade se localiza no interior do estado de Pernambuco, especificamente na região da zona da mata-norte.

Em alguns bairros localizados na zona urbana da cidade de Vitória de Santo Antão,prevaleceo cenáriode poluição das ruas, devido ao descarte inadequado do lixo, ausência de saneamento básico, rios e demais fontes hídricas altamente poluídas e com água imprópria para consumo, arborização escassa, entre outras problemáticas ambientais que se tornam preocupantes.A observaçãodessa realidade na cidade de Vitória de Santo Antão, desencadeou o desenvolvimento dessa pesquisa e foi no sentido de buscar uma razão para essa situação de descaso sócio ambiental que o pesquisador buscou informações sobre essa situação junto ao órgão estadual responsável pela manutenção ambiental da cidade, a Agência Municipal de Meio Ambiente da Vitória (AMAVISA).Esse órgão governamental, a AMAVISA, possui, entre suas incumbências: capacitar, conscientizar e informar a população local em relação à mudança de hábitos, costumes e atitudes relacionadas ao meio ambiente. Vale salientar,que a atuação da AMAVISA no município ocorre desde o ano de 2013, eelaé responsável por diversas ações, como a regulamentação, licenciamentos, monitoramentos e fiscalizações de atividades e empreendimentos com potencial poluidor e de impacto ambiental; a manutenção, recuperação e preservação de recursos naturais e ambientais, o que deve ocorrer por meio de mecanismos de controle ambiental que visam à conservação e a utilização sustentável do meio ambiente e recursos naturais presentes no município. A atuação da AMAVISA envolve ainda a gestão de áreas verdes, por meio do cuidado com a arborização, preservação e manutenção de parques, praças, reservas e áreas verdes públicas, e também é responsável sobre atuar em relação à poluição atmosférica no município, por meio da monitorização da qualidade do ar, poluição do solo, controle de atividades de extração mineral e em casos de contaminação de solo e água por resíduos de todos os tipos. Todavia, o processo de educação ambiental é a incumbência da agência, mais significativa para o presente estudo (SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2016).

Em 2015, a AMAVISA informou sobre a criação da coleta seletiva e da Campanha “Limpa Vitória: coleta seletiva e solidária”, que envolveria diversas ações de educação ambiental em seu bojo.

Em posse dessas informações citadas anteriormente e do cenário problemático da cidade de Vitória de Santo Antão, partiu-se então para as ruasa fim de ouvir os moradores, especificamente do bairro de Redenção, selecionado pela Agência Municipal do Meio Ambiente da Vitóriapara participar das suas ações de educação ambiental.

A justificativadesse trabalho de pesquisa foi conhecer sobre as dificuldades, os impactos e o efeitos de uma ação de educação ambiental, buscando gerar subsídios para fomentar diversos estudos sobre o tema e também para aimplantação de novas ações de educação ambiental.

## 1.2 Objetivos

### 1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a compreensãodos moradores do bairro de Redenção,do município de Vitória de Santo Antão – PE, sobre as ações de educação ambiental realizadas na comunidade.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- Descrever as ações de educação ambiental realizadas na comunidade de Redenção;

- Refletir sobre o que é uma ação de educação ambiental.

## 1.3 Embasamento Teórico

### 1.3.1. Educação ambiental

Educação ambiental é aquela que busca a despertar nos indivíduos os conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas para a preservação do ambiente em que vivem. Há algumas décadas, as discussões sobre Desenvolvimento Sustentável têm ganhado cada vez mais espaço. A educação, nesse sentido, deve ser ressaltada como elemento transformador da sociedade, pois somente a partir da informação, é que o indivíduo poderá se sensibilizar e modificar suas ações (BRASIL, 1999).

O termo educação ambiental era utilizado desde os anos 40, sendo definido e amplamente utilizado nos anos 60, na Inglaterra em conferências de educação nas universidades, e na década de 70, esteve presente no seio das discussões sobre desenvolvimento econômico e meio ambiente, na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano - Estocolmo – 1972, Declaração de Estocolmo (Suécia). Outro documento internacional extremamente importante no que diz respeito ao meio ambiente e desenvolvimento, que foi apresentado na conferência das nações unidas em 1992, é o tratado de educação ambiental para sociedade civil planetária, este documento determina princípios que fundamentam a educação, buscando despertar um pensamento crítico, coletivo e solidário para alcançar uma sociedade sustentável. Este tratado ainda aponta princípios e um plano de ação para educadores ambientais, relaciona políticas públicas de educação ambiental e sustentabilidade e ressalta a participação popular voltada para conservação, melhoria e recuperação do meio ambiente e da qualidade de vida (BRASIL, 2007).

Ainda é possível destacar os eventos Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade, em Thessalonik, Grécia – 1997; I Conferência Nacional de Educação Ambiental, em Brasília – 1997, Declaração de Brasília para a Educação Ambiental. Dez anos após a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio / 92, a educação ambiental esteve presente na Agenda 21 Brasileira, desde 2002 no Capítulo 36 – A Promoção do ensino, da conscientização e do treinamento da educação ambiental (BRASIL, 2007).

No âmbito mundial a década de 2005 a 2014, foi declarada pela UNESCO como “Década da educação para o desenvolvimento sustentável”, baseado em práticas pedagógicas interdisciplinares e holísticas, de forma que esta temática seja trabalhada de forma integrada em todas as disciplinas e não como uma

disciplina a parte; visando a aquisição de valores e princípios, visando o desenvolvimento do pensamento crítico e analítico, utilizando a multiplicidade de métodos pedagógicos e artísticos, estimular o aluno nos processos decisórios, e além de estar diretamente elencada a vida profissional e cotidiana do aluno, propiciar um estreito relacionamento com a realidade local (UNESCO, 2005).

A educação ambiental é importante matéria, e vem se agregando cada vez mais nas pautas de discussão como esteve presente na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+10 - África do Sul, 2002. Deste modo adicionar o tema Meio Ambiente nas atividades educativas escolares estabelece aporte para a formação da cidadania. As análises e discussões sobre educação ambiental desenvolvidas, traz inserida uma reflexão a respeito da natureza humana e de nossas práticas sociais(NEFFA, 2010).

No contexto brasileiro, a lei nº 9.795 criada em 27 de abril de 1999 Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) define em seu parágrafo primeiro:

> Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999, p. 1).

Foi pela Lei nº 9.795, criada em 27 de abril de 1999, denominada como Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) que designa que todos têm direito à educação ambiental, com a promoção em todos os níveis de ensino, conforme incluído nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, em 1996, e inclui que o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e as instituições educativas promovam ações de educação ambiental envolvendo em seus programas, os meios de comunicação em massa, empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas (BRASIL, 2005).

A educação ambiental visa promover programas para a capacitação dos trabalhadores; ela inclui a integração à sociedade como um todo nas ações que envolvam a educação ambiental e conscientização no seu papel a ser exercido sobre o meio ambiente. Com efeito, a Política Nacional de Educação Ambiental é um dos pilares que busca garantir a intensificação das ações de educação ambiental, sendo os objetivos:obter um processo educativo mais amplo, envolvendo o poder público nasinstituições educativas, através de programas de

meio ambiente que visam promover a educação ambiental para a coletividade, na busca do desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, incluindo aspectos ecológicos, econômicos, científicos, culturais e éticos (BRASIL 1999).

As ações de educação ambiental podem ser programas preventivos até programas corretivos exercendo a força da lei. A gestão de resíduos sólidos no Brasil é uma atribuição dos municípios e se insere na categoria de serviço público, que é aquele instituído, mantido e executado pelo Estado, com o objetivo de atender aos seus próprios interesses e de satisfazer as necessidades coletivas (SISINNO, 2000).

A grande geração de resíduos sólidos, genericamente dito como “lixo”, é um dos maiores problemas sociais e ambientais, e a Política Nacional de Educação Ambiental articula-se com a Política Nacional do Meio Ambiente, Política Nacional de Saneamento Básico e a Política Nacional de Resíduos Sólidos, tendo como um dos instrumentos, a educação ambiental nos mais diversos setores da sociedade, afim depromover um despertar à consciência ambientalmente mais sustentável. Deve existir uma responsabilidade do governo em âmbito municipal também, visto que a solução do problema de resíduos sólidos deveria constituir uma das preocupações dessas autoridades, não só por razões estético-sanitárias, mas também pelos problemas que afetam o equilíbrio ecológico do município (LOGAREZZI, 2006).

No âmbito do governo federal, o Programa Nacional de Educação Ambiental ,é coordenado pelo órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, suas ações destinam-se a assegurar a inter-relação da sustentabilidade - ambiental, ética, econômica, espacial,social, cultural e política - ao desenvolvimento do País. Dessa forma se atribuia PNEA quatro diretrizes do Ministério do Meio Ambiente: Fortalecimento do SISNAMA; Sustentabilidade; Transversalidade; Participação e controle social (BRASIL, 2014).

Nas empresas, a educação ambiental tem sido requisito obrigatório até mesmo para obtenção e manutenção de licenças ambientais. A exemplo do programa de educação ambiental do trabalhador (PEAT) aplicado nas empresas, indústrias com atividades de exploração e produção de petróleo e gás *offshore*. Configurando-se como treinamento, capacitação e conscientização do trabalhador da indústria sobre a educação ambiental. Ainda que não produza resultados de

imediato e represente obrigatoriedade, em longo prazo, são medidas que trazem resultados para a sociedade e desenvolvimento local, fortalecendo o exercício da cidadania (PEIXOTO, 2013).

### 1.3.2. Saúde e meio ambiente

Mariano et al. (2011) explicam que, ainda que a sociedade tenha passado por diversos avanços tecnológicos, a humanidade não conseguiu se desvencilhar totalmente da dependência dos recursos naturais. De forma que, em sua fase mais primitiva, quando sua relação com o meio ambiente era de total dependência, uma vez que a natureza era encarada como fonte central de alimentação, já havia um possível déficit de recursos por conta das ações do homem sobre o meio ambiente.

Após esse período, conforme os autores, o homem passou a desenvolver hábitos cada vez mais sedentários, cujas habilidades tecnológicas foram direcionadas a fim de dominar, de maneira progressiva a natureza, isto é, deixar de ser dependente de seus recursos. Esse sedentarismo, porém, tornou-se um terreno fértil para o total controle da natureza, o que demonstra em um ritmo extremamente lento, a concepção de uma relação harmoniosa entre homem e meio ambiente.

Souza (2009), explica que o homem, durante sua evolução, passou a fomentar uma noção em que ele mesmo se distancia e se distingue do meio ambiente, como se não fizesse parte dele. Assim, somente recentemente passou a tomar a natureza como um objeto de estudo, gerando a compreensão e retomando o pertencimento dessa como uma parte de si. Essa relação passou então por uma revolução, que fez com que o homem se tornasse capaz de transformar a si próprio e à natureza, de maneira multidimensional, local e global, como é o status atual desse relacionamento.

É possível observar a relação entre educação ambiental e saúde na Carta de Ottawa, na I Conferência Internacional sobre políticas de saúde realizada pela Organização Mundial da Saúde, em 21 de novembro de 1986 no Canadá, onde foi estabelecida essas implicações: l) o desenvolvimento de políticas saudáveis organizadas pelo setor público; 2) o reforço à ação comunitária; 3) o

desenvolvimento de habilidades pessoais; 4) a preocupação com o meio ambiente; 5) a reorientação dos serviços de saúde (MELLO et al, 1999).

A poluição atmosférica é um exemplo de dano ambiental capaz de gerar doenças, como as doenças de classes respiratória e cardíaca, que acometem em sua maioria crianças e idosos. A água contaminada por agentes químicos e o solo contaminado, principalmente pelo descarte inadequado do lixo, também são exemplos, pois acarretam doenças específicas, contaminação dos alimentos e proliferação de vetores eroedores (AMORIM, 2009).

É preciso compreender que o meio ambiente não deve ser percebido como algo externo ao indivíduo, e sim, como o espaço do desenvolvimento humano,construção social e relações humanas., onde existem processos hipercomplexos nas dimensões bio-psico-eco-social (SANTOS, 2002).

### 1.3.3 Gestão e gerenciamento de resíduos sólidos urbanos, reciclagem e coleta seletiva

Goméz et. al. (2011) aponta que os resíduos que o ser humano produz são deliberadamente descartados em locais inadequados, geralmente em espaços ao ar livre que podem impactar o meio ambiente, ainda que em longo prazo, uma vez que a acumulação de substâncias tóxicas pode penetrar no solo, afetar a água e o ar, trazendo doenças e epidemias que podem afetar a saúde do ser humano.O hábito do consumismo na sociedade está crescendo cada vez mais, e com isso há uma redução gradativa do cuidado com o descarte do lixo, ainda que haja a consciência de preservação, a maior parte das pessoas ainda não cumpre com excelência os métodos adequados de descarte. Isto ocorre porque a sociedade capitalista ainda não conseguem conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação da natureza.

Pereira Neto (1999) acreditava que o lixo podia ser definido como “todo e qualquer tipo de resíduo sólido resultante da atividade do homem, que não se apresenta utilidade funcional ou estética”. Porém tal definição elucida um pensamento acerca do comodismo e irresponsabilidade que os seres humanos têm com relação ao lixo que produzem.Bem como a pouca ação sobre o destino dado a este lixo, vivendo em uma sociedade onde a passividade com relação ao meio ambiente traz diversos malefícios que vão se acumulando com o tempo e

deteriorando a saúde e qualidade de vida desta. Já o autor Bojadsen (1997) infere sobre a questão uma visão diferenciada, afirmando que “o lixo só se torna lixo quando descartado e abandonado em lugares inadequados e sem tratamento específico”. Complementando estas informações é importante atentar para os dados da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (BRASIL, 2011), que dão conta que o aumento dos resíduos domiciliares foi acentuado em um período de pouco mais de dez anos.

Uma análise realizada anualmente pelaAssociação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE), onde a mais recente foi em 2014, demonstrou que o Brasil tem um índice de produção de resíduos sólidos por habitante anual semelhante à de países desenvolvidos (média de 387 quilos por habitante ao ano), porém a maneira que estes resíduos são descartados no meio ambiente equivalem a dos países mais pobres(apenas 40% vai para o local adequado).

A Política Nacional de Resíduos Sólidos, de 2010, trazia como meta que até agosto de 2014, no Brasil todos os resíduos não recicláveis deveriam ser destinados a aterros sanitários afim de anular os lixões. Mas de acordo com os últimos dados fornecidos pela ABRELPE, a maioria dos municípios brasileiros ainda descartam o lixo em lixões e aterros controlados, cerca de 42% do total coletado (BRASIL, 2010).

Os dados doCompromisso Empresarial para Reciclagem (CEMPRE), em junho de 2016,elucidou que 82% dos municípios brasileiros ainda não desenvolveram programas de coleta seletiva de lixo. Isso pode implicar em penalidades, como por exemplo o não repasse de verbas federais voltadas para a gestão de resíduos nesses municípios.

Ferreira (2000) expõe ainda uma série de benefícios que podem partir da adoção de práticas de responsabilidade ambiental, tais como a coleta seletiva, a reciclagem, a logística reversa e demais medidas que visem o reaproveitamento de materiais ou então sua destinação final de maneira adequada.

D’Almeida e Vilhena (2000) explicam que existem três maneiras de implantar um processo de coleta seletiva, que podem ser aplicados também à logística reversa, a primeira corresponde à segregação de materiais na fonte de produção, de modo que esta distinção facilitará seu descarte. A segunda diz respeito à separação dos materiais nas centrais de triagem, que geralmente são

empresas terceirizadas que fazem esta seleção e separam os materiais que podem ser reaproveitados e os que precisam ser descartados, fazendo-o da maneira adequada. A terceira, por fim, corresponde a uma coleta multisseletiva.

Segundo o *Consumers International* (1998) é de conhecimento geral que a produção em excesso de resíduos sólidos é o grande fator agravante sobre o desenvolvimento sustentável, especialmente nas cidades, bem como a alteração deste cenário, por meio da redução de consumo e, consequentemente de descarte, depende de uma reconfiguração em todos os padrões de produção e consumo arraigados na sociedade.Ainda de acordo com a publicação, os recursos naturais que são extraídos a fim de produzir bens de consumo, há muitas e muitas décadas já se encontram defasados e desgastados, sofrendo para conseguir suprir a demanda de produção de todo o planeta. Cenário este que sofre um agravante constante, que é o crescimento desenfreado da população mundial, isto é, mais pessoas consomem mais, geram mais resíduos sólidos e impactam de maneira ainda mais irreversível o meio ambiente, refletindo em malefícios para sua saúde.

Deste modo, o desenvolvimento sustentável das nações e o uso racional dos recursos naturais ainda é uma meta infinitamente distante, levantando questionamentos se algum dia chegará a ser atingida sem que antes a humanidade sofra as consequências das degradações que causou ao meio ambiente.

Portilho (2005) lança um olhar acerca da redução de consumos que sejam considerados supérfluos, bem como da sociedade, cada cidadão em si, agindo como protagonista na busca pela reconfiguração deste cenário.Estes aspectos passaram a tornar-se o cerne das políticas ambientais na década de 1990, bem como criaram raízes perante debates sobre o aumento populacional exacerbado e também os modelos de produção e os impactos causados por estes. O autor acredita que as políticas ambientais tomaram tal proporção que passaram a ser transferidas para o âmbito das políticas de sustentabilidade, bem como o enfoque central dado aos problemas neste quesito passaram a ser “como”, relacionando-se aos padrões, e “quanto”, relacionado aos níveis de produção, bem como a quantidade de recursos naturais que é utilizada nos processos produtivos, de modo que a questão abarca ainda as esferas de acesso, distribuição e jurídico.

Esta disposição inadequada traz uma série de impactos sobre a sociedade, como malefícios à saúde, especialmente das populações no entorno destes espaços de despejo e catadores, que se encontram em contato direto com estes resíduos. E claramente para o meio ambiente, despejando gases tóxicos no solo, ar e água, elevando os índices de poluição, má qualidade do ar, poluindo rios e córregos, trazendo escassez de recursos hídricos e contribuindo também para a poluição do solo e dos elementos que entram em contato com este.

De acordo com dados do IBGE (2001) a coleta seletiva surge como o primeiro passo a ser implementado rumo à alteração deste cenário de tratamento dos resíduos sólidos. Esta coleta seletiva trata de separar os materiais com potencial para reciclagem – plástico, vidro, papel, metais, etc. – em uma série de fontes de geração – residências, empresas, escolas, comércio, indústria, etc. – com a finalidade de encaminhar estes materiais para centros de reciclagem.

Singer (2002) explica que materiais recicláveis consistem em um bem disponível, assim como um recurso não natural que se encontra em crescimento constante e agilizado. O autor também destaca que valorizar tais materiais, economicamente falando, possui potencial de gerar negócios, empregos e renda.O autor finaliza então dizendo que a coleta seletiva, para além de favorecer de maneira relevante e positiva para o fomento da sustentabilidade, também possui a capacidade de incorporar gradativamente um perfil que visa a inclusão social e também a geração de renda para âmbitos da sociedade marginais e em situação de maior vulnerabilidade no concerne aos mercados de trabalho formais.

## 1.4 Materiais e Métodos

### 1.4.1 Tipo de Estudo

Trata-se de um estudo descritivo, exploratório, com abordagem qualitativa, pois este tipo de abordagem permite aprofundar-se sobre um determinado assunto, tornando-o mais compreensível e direcionando melhor a pesquisa (GIL, 2008).

### 1.4.2 Local do estudo

O município que serviu como universo de análise do presente estudo foi Vitória de Santo Antão, localizado no estado de Pernambuco. O município fica à zona da mata, com uma distância de 53 km da capital, Recife, ao passo que seu território é de 335,942 km², sendo 5,717 km³ de perímetro urbano. A população da região foi mensurada em 2015, estimada em quase 136 mil habitantes (IBGE, 2016).

A temperatura média de Vitória de Santo Antão é de 23,8ºC, o clima é considerado quente e úmido. A vegetação da região é caracterizada como floresta subperenifólia, ainda que o processo de urbanização desregulado tenha causado a destruição de uma parcela importante da mata atlântica original da região.

No sentido geológico, o território do município é formado por rochas cristalinas de idade pré-cambriana. A região é cotada por importantes bacias hidrográficas, como a de Pirapama, Jaboatão, Ipojuca – que marca o limite com o município de Primavera – e a principal delas, a bacia de Tapacurá, que possui o rio mais importante da região, o Rio Capibaribe.

No inverno a bacia do Tapacurá tende a sofrer com cheias, trazendo grandes prejuízos ao centro da cidade e às populações ribeirinhas. No leito do rio existe uma barragem que é responsável pelo abastecimento hídrico da região. O Tapacurá, na contemporaneidade, por conta dos processos de poluição hídrica do leito, se encontra em situação comprometida, ecologicamente falando (CUNHA, 2011).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Vitória de Santo Antão é de 0,640, ficando na faixa média. O município é considerado um dos mais importantes da mesorregião, por conta de ser o polo dos setores de serviços no campo do comércio, agricultura e indústria na zona da mata (PNUD, 2013).

No campo agrícola é possível destacar a atuação dos bairros localizados em regiões rurais, Natuba e Oiteiro, bem como o distrito de Pirituba, conhecido pelo plantio de frutas, verduras, hortaliças, tubérculos e cana-de-açúcar, que servem para o suprimento alimentar do município e fora.

O campo da educação em Vitória de Santo Antão, conta com diversas escolas da rede pública e privada, dos níveis fundamental e médio. Além disso, conta com escolas técnicas e de nível superior, com destaque para o campus da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) que possui o Centro Acadêmico de Vitória na região.

O município possui ainda uma cobertura de quatro redes hospitalares privadas, uma estadual e, para além, 46 estabelecimentos de saúde. Os principais meios de comunicação regional são duas emissoras de TV, quatro de rádio e oito publicações entre jornais e revistas (CUNHA, 2011).

O bairro escolhido para a aplicação do estudo faz parte do município Vitória de Santo Antão e é o bairro Redenção, localizado na região central urbana, com mais de 750 domicílios particulares permanentes e quase 2,5 mil residentes (IBGE, 2016).

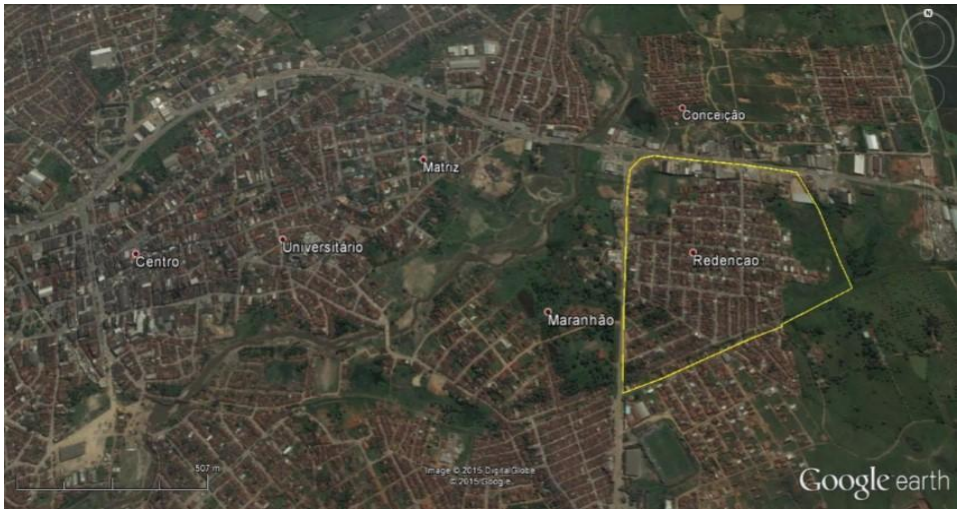



Figura 1 – Área de estudo delimitada: Bairro de Redenção.Fonte: Google Earth.

### 1.4.3 População do estudo

A população foi formada por moradores da comunidade do bairro de Redenção no município de Vitória de Santo Antão – PE, que participaram das ações de educação ambiental referente a implementação da coleta seletiva, realizada pela Agência Municipal do Meio Ambiente.

### 1.4.4 Critérios de inclusão

- Ter participado de algumas das ações de educação ambiental realizadas pela AMAVISA no bairro de Redenção;
- Ser maior de 18 anos.

1.4.5 Critério de exclusão

- Não ter capacidade física para participar da entrevista;
- Não concordar com algum termo do TCLE;
- Não ter participado de nenhuma das ações de educação ambiental realizadas pela AMAVISA no bairro de Redenção.
- Não recordar quanto a participação em alguma das ações de educação ambiental realizadas pela AMAVISA no bairro de Redenção.

1.4.6 Amostra

O número de participante da pesquisa foram seis(6) e a amostra foi definida através da saturação teórica. Trata-se da suspensão da inserção de novos participantes, isso ocorre devido a redundância das respostas obtidas nas entrevistas de forma a deixar de ser relevante obter mais dados, pois a insistência apenas aumentaria o número da amostra, todavia não acrescentaria no conteúdo, foco da pesquisa qualitativa (DENZIN, 1994). Segundo Gomes (2007), o objetivo da pesquisa qualitativa não é a quantidade de opiniões ou de participantes, mas sim a exploração um conjunto de opiniões sobre o tema.

1.4.7 Instrumento para coleta de dados

O instrumento para coleta de dados utilizado para a população deste estudo, tratou-se de um roteiro de entrevista semiestruturado (APÊNDECE A) elaborado pela autora contendo uma pergunta disparadora: O que esta (s) atividade (s) de educação ambiental que o senhor (a) participou pretendia na sua opinião?

1.4.8 Coleta dos dados e análise

A seleção dos participantes da pesquisa foi realizada nos locais específicos (Escola estadual, estabelecimentos comerciais e residenciais) que fizeram parte da área de abrangência das ações de educação ambiental realizadas pela

AMAVISA, dados estes, fornecidos pela própria agência. Após a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B), recebeu orientações a respeito do procedimento, dando-se início a entrevista somente em ambiente reservado e horário escolhido pelo próprio sujeito da pesquisa a fim de garantir a privacidade, evitar constrangimentos e não prejudicar sua rotina de estudos ou trabalho. Afim de preservar a identidade dos participantes, seus nomes foram substituídos por números. Vale salientar que os dados obtidos serão guardados por cinco (5) anos pela autora responsável da pesquisa e depois excluídos de forma a assegurar a privacidade do participante.

Os dados obtidos mediante a realização da entrevista semiestruturada foram gravados (apenas o áudio). Após esse momento os dados foram transcritos integralmente. Foi realizada uma leitura exaustiva do material empírico e em seguida selecionadas partes do material, procurando buscar as ideias relevantes que constituíram as unidades de significado, as quais foram codificadas e organizadas em categorias relacionando-as aos temas, segundo a técnica de Bardin:

> Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2010, p. 37).

A análise de conteúdo foi organizada em três etapas cronológicas:

1. Pré-análise: Trata-se da fase de organização propriamente dita, onde o objetivo, a princípio, foi sistematizar as ideias iniciais. Buscou-se respectivamente nesta fase a escolha dos documentos à serem analisados, formulação das hipóteses e objetivos e a formulação de indicadores capazes de fundamentar a interpretação final.

   O material tratou-se de seis entrevistas que foram organizadas, transcritas na íntegra e preparadas para as outras etapas. Foi realizada uma leitura flutuante de todo o material, não sendo excluída nenhuma entrevista e/ou parte dela. A leitura flutuante buscou apenas uma compreensão superficial do material.
2. Exploração do material: Esta fase foi a mais longa e minuciosa de todas, pois trata-se de colocar em prática tudo que foi sistematizado na etapa

anterior. Nesta fase foi iniciada a codificação, enumeração ou a decomposição dos resultados prévios. Através da leitura aprofundada e exaustiva, o material de cada entrevista foi explorado, e o que surgia de mais expressivo em cada etapa foi sendo contemplado. Desta maneira foi possível que as unidades de registro fossem sendo destacadas, representando o tema por meio de uma palavra ou no formato de uma frase, e unidades de registro com o mesmo significado foram associadas, classificadas e enumeradas, desta maneira codificadas, originando categorias.

3. Tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação: Diz respeito a dar significância aos resultados brutos, seja por maneira estatística simples ou por análise fatorial. Após ter encontrado os resultados significantes estabeleceu-se as inferências e foi interpretado de acordo com os objetivos da pesquisa e também foi nesta fase que se observou resultados inesperados que levaram a outra dimensão teórica (BARDIN, 2010).

### 1.4.9 Considerações Éticas

Esta pesquisa seguiu as considerações e observâncias éticas preconizadas pela Resolução nº 466/12, que aborda trabalhos envolvendo seres humanos, nos quais se deve considerar a dignidade e o respeito em se tratando destes (BRASIL, 2012). Por tanto as entrevistas foram realizadas após deferimento pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Pernambuco, em 03 de março de 2016, segundo CAAE: 53137916.0.0000.5208 (ANEXO A).

# 2 ANÁLISE DAS AÇÕES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL REALIZADAS EM UMA COMUNIDADE DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO – PERNAMBUCO

[Mirelle Jeniffer Ferreira de Lima][1]
[Florisbela de Arruda Camera e Siqueira Campos][2]
[Luiz Miguel Picelli Sanches][3]

**RESUMO**

O presente estudo analisa a compreensão dos moradores do bairro de Redenção no município de Vitória de Santo Antão – PE, sobre as ações de educação ambiental realizadas na comunidade. Trata-se de um estudo descritivo, exploratório, com abordagem qualitativa, organizada segundo a técnica de Bardin, através da análise de conteúdo. Os resultados permitiram entender que a amostra de pesquisa avaliada é concordante na insatisfação com a descontinuidade da ação de educação ambiental da Agência Municipal do Meio Ambiente da Vitória de Santo Antão (AMAVISA), bem como acredita que por conta dessa descontinuidade, a ação como um todo de pouco ou nada valeu, pois não foi capaz de fomentar na população local uma conscientização efetiva sobre o meio ambiente. Além disso, sobre o conhecimento da população em relação à coleta seletiva e reciclagem, nota-se pouco conhecimento no geral, justamente o tema que foi eleito pela AMAVISA na ação de educação ambiental.

**Palavras-chave**:Educação ambiental. Meio ambiente. Coleta seletiva. Reciclagem.

[1] [Enfermeira graduada pela Universidade Federal de Pernambuco-Centro Acadêmico de Vitória, mestre em Saúde Humana e Meio Ambiente pela UFPE-CAV. ]
[2] [Nutricionista graduada pela Universidade Federal de Pernambuco, mestre em Nutrição pela UFPE, doutora em Nutrição pela UFPE]
[3] [Enfermeiro graduado pela Universidade Estadual de Maringá, Mestre e Doutor em Enfermagem pela Universidade Estadual de Campinas]

## 2.1Introdução

O presente estudo parte da análise de uma situação-problema encontrada na cidade de Vitória de Santo Antão - PE, relacionada à questão da educação ambiental, visto que em alguns bairros localizados na zona urbana da cidade de Vitória de Santo Antão,prevaleceo cenáriode poluição, descarte inadequado do lixo, ausência de saneamento básico, arborização escassa, entre outras problemáticas ambientais. A observaçãodessa realidade na cidade de Vitória de Santo Antão, desencadeou o desenvolvimento dessa pesquisa e foi no sentido de buscar uma razão para essa situação de descaso sócio ambiental que o pesquisador buscou informações sobre essa situação junto ao órgão estadual responsável pela manutenção ambiental da cidade, a Agência Municipal de Meio Ambiente da Vitória (AMAVISA).Esse órgão governamental, a AMAVISA, possui, entre suas incumbências a mais importante para este estudo trata-se do processo de educação ambiental.

Em 2015 a AMAVISA informou sobre a criação da coleta seletiva e da Campanha “Limpa Vitória: coleta seletiva e solidária”, que envolveria diversas ações de educação ambiental em seu bojo.Foi selecionado apenas um bairro para iniciar o projeto piloto da agência, Redenção. Em posse dessas informaçõese do cenário problemático da cidade de Vitória de Santo Antão,dois (2) anos após a implantação da coleta seletiva, partiu-se para o bairro, a fim de ouvir e analisar a compreensãodos moradoressobre essas ações de educação ambiental realizadas na comunidade.

A justificativadesse estudoé conhecer sobre as dificuldades, os impactos e o efeitos de uma ação de educação ambiental, buscando gerar subsídios para fomentar diversos estudos sobre o tema e também para a implantação de novas ações de educação ambiental.

## 2.2 Materiais e Métodos

Trata-se de um estudo descritivo, exploratório, com abordagem qualitativa, pois este tipo de abordagem permite aprofundar-se sobre um determinado

assunto, tornando-o mais compreensível e direcionando melhor a pesquisa (GIL, 2008).

O estudo foi realizado num bairro da zona urbana do município de Vitória de Santo Antão – PE, Redenção. Apopulação foi formada por moradores da comunidade do bairro de Redenção, que participaram das ações de educação ambiental realizadas pela AMAVISA.O número de participantes da pesquisa foram seis(6) e a amostra foi definida através da saturação teórica. O instrumento para coleta de dados utilizado para a população deste estudo, tratou-se de um roteiro de entrevista semiestruturado elaborado pela autora contendo uma pergunta disparadora: O que esta (s) atividade (s) de educação ambiental que o senhor (a) participou pretendia na sua opinião?

A seleção dos participantes da pesquisa foi realizada nos locais específicos (Escola estadual, estabelecimentos comerciais e residenciais) que fizeram parte da área de abrangência das ações de educação ambiental realizadas pela AMAVISA, dados estes, fornecidos pela própria agência.Os dados obtidos mediante a realização da entrevista semiestruturada foram gravados (apenas o áudio). Após esse momento os dados foram transcritos integralmente. A análise de conteúdo foi organizada em três etapas cronológicas: Pré-análise; Exploração do material e Tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (BARDIN, 2010).

## 2.3 Resultados

**Descrição das atividades da AMAVISA**

Em 2015 a AMAVISAimplantou no bairro de Redenção em Vitória de Santo Antão – PE o projeto piloto de coleta seletiva e Campanha “Limpa Vitória: coleta seletiva e solidária”As ações da campanha foram conduzidas por meio da Escola Estadual Madre Lucila Magalhães, localizada no próprio bairro. Fizeram parte do projeto alguns alunos representantes das turmas das últimas séries dos ensinos fundamental e médio, além da participação de moradores e comerciantes locais. Além disso, ocorreram algumas ações da campanha na sede da Associação de Moradores do bairro, em estabelecimentos comerciais e com representantes e também de porta em porta em algumas ruas do bairro.Tais intervenções contaram

com palestras sobre Resíduos Sólidos Urbanos, que tinham o objetivo de debater sobre a problemática dos resíduos e sensibilizar os moradores, alunos, comerciantes e toda a comunidade, sobre os potenciais danos causados ao meio ambiente devido ao descarte indevido desses. A campanha foi divulgada por meio da página da AMAVISA, no *facebook*, bem como em programas de rádio da cidade e carros de som que passavam pelos locais das ações com antecedência, informando sobre elas.Nas palestras que aconteceram no local, foram exibidas algumas fotos do bairro de Redenção em que eram vistos problemas ambientais, como descarte irregular de lixo, poluição, falta de arborização, etc. Essas imagens foram a fim de incluir os próprios moradores no debate. Para tanto, utilizaram-se recursos multimídia, materiais educativos elaborados pela própria AMAVISA – como cartazes, panfletos, faixas, etc. – e os participantes receberam brindes após as palestras – bonés, sacolas de lixo para automóveis, camisetas, etc. No bairro de Redenção, ainda como parte da ação de educação ambiental empreendida, foram instalados três Pontos de Entrega Voluntária (PEV), um deles localizado na entrada do bairro, outro na praça pública e um próximo às igrejas locais. A intenção na instalação desses PEVs, foi facilitar o acesso aos moradores e estimular a coleta seletiva de resíduos(AZEVEDO, 2016).

Com quase um ano de implementação do projeto de educação ambiental coleta seletiva e da Campanha “Limpa Vitória: coleta seletiva e solidária”, em 2016, retornou-se ao bairro de Redenção a fim de avaliar se o cenário havia passado por mudanças e como o programa favorecera a questão ambiental no local, porém os resultados não foram inicialmente visíveis, bem como mudanças na questão ambiental da cidade. Por isso a AMAVISA foi indagada e a mesma confirmou a interrupção das ações de educação ambiental.A agência, nessa ocasião, informou que o projeto e as ações de 2015 foram descontinuados, bem como não haveriam mais ações voltadas à educação ambiental ou à coleta de lixo depositado nos PEVs do bairro. A justificativa do órgão para essa descontinuidade do projeto foi a falta de comprometimento da prefeitura da cidade em relação a parcerias que fortalecessem essas ações. Além disso, a agência informou que a prefeitura da cidade deixou de disponibilizar caminhões específicos para fazer a coleta dos resíduos nesses pontos e também se descompromissou da responsabilidade de dar um destino final aos resíduos coletados.

As entrevistas que foram empreendidas junto a esses residentes de Redenção, se deram no sentido de debater com essa comunidade sobre as ações de educação ambiental realizadas no bairro, buscando entender sua percepção perante esses programas, além de tentar visualizar alguns resquícios de consciência ecológica que possa ter restado após a ocorrência dos eventos de 2015 e, ainda, de abordar se e como a descontinuidade do projeto afetou essa comunidade. Dadas as entrevistas, emergiram três (3) categorias descritas a seguir:

**1ª Categoria: Resultados da ação de educação ambiental da AMAVISA**

O primeiro entrevistado disse não saber qual era a finalidade da ação, então, foi questionado sobre o que achou sobre a ação. Sua resposta foi que algumas pessoas disseram para separar produtos recicláveis dos não recicláveis, pois eram tipos diferentes a ser separados nos PEVs. Esse entrevistado, inclusive, disse que ele mesmo chegou a esvaziar diversas vezes os PEVs, colocando os resíduos em seu carro e levando-os. Nesse ponto, vale observar que, mesmo dada a descontinuidade da ação, os PEVs continuam espalhados pelo bairro, contudo, o caminhão de coleta seletiva não passa mais pelo local e, portanto, não faz a coleta desses resíduos, que ficam acumulados nas lixeiras dos PEVs. O entrevistado alega que ele mesmo retira o lixo dos pontos e deposita em áreas cujos caminhões de coleta comuns passam.

Na segunda entrevista, ao perguntar sobre a pretensãoda atividade da AMAVISA, a entrevistada disse acreditar que foi o presidente da associação de moradores quem implementou a ação, e que sua intenção era organizar a limpeza em frente à sede da associação no bairro de Redenção.Mas, embora dada essa intenção, a entrevistada comenta que a população continua descartando lixo no chão e também não separa de forma adequada os materiais recicláveis. Observa-se que, apesar de ser informada de que a ação da AMAVISA teve somente o apoio do presidente da associação de moradores do bairro, há a insistência de sua parte que a ação foi somente articulada pelo presidente da associação de moradores, desprezando totalmente a ação da AMAVISA.

Na terceira entrevista ao ser questionada sobre o qual acreditava ser a pretensão dessa ação, respondeu que a pretensão era melhorar a qualidade de

vida da comunidade, mostrar a forma correta de lidar com o lixo e de colocá-lo no local adequado, em suma, de melhorar o esclarecimento da população em relação à questão ambiental.Ao ser perguntada se isso deu certo, a moradora acredita que sim, em alguns pontos, ao menos no sentido de esclarecer dúvidas sobre doenças, entre outros pequenos esclarecimentos. Até esse momento, observa-se que a entrevistada reflete e oferece respostas incertas, mas, tenta resumir e fazer uma organização mental de lembranças e percepções sobre as ações.

Sobre a conscientização e práticas adequadas de coleta seletiva na comunidade, ainda a terceira entrevistada, informa que seu lixo reciclável ela separa para um catador de materiais recicláveis específico que passa na região. Explica então que faz a separação do lixo em casa, já separando os recicláveis para o catador.Nesse momento, assim como foi observado ao falar com outros moradores, é possível notar que a presença de catadores de resíduos autônomos no bairro é comum. Como essa entrevistada demonstra saber selecionar o lixo para enviar para a reciclagem, mas nem menciona os PEVs, nota-se que esses catadores estão ocupando a lacuna deixada pelo programa público.Quando se pergunta que se ela, a terceira entrevistada, acha que a ação já fora esquecida por parte da comunidade, responde de forma afirmativa, acreditando que na hora a população até se compromete, mas, insiste que se não houver continuidade nessas ações de educação ambiental, dificilmente haverá a mudança de consciência, de atitude por parte da comunidade. Sobre as ações de educação ambiental, a entrevistada comenta que:

> Eu acho que deveria ser mais divulgada, bem mais trabalhada e que esse evento fosse mais frequente, porque aqui, eu acho que teve esse e acho que eu lembro que faz muito tempo que teve outro [...] eu nem sei se teve outro [...] eu acho que nem teve [...] eu acho que foi o primeiro. Eu acho que são coisas [educação ambiental] que eu sei que não dá pra está fazendo constantemente, Mas assim [...] Que por ano. Porque eu acho que quando tiver uma agora vai ser daqui a não sei quantos anos, né?! Eu acho que devia ser mais frequente. Da maneira deles, eu acho que deveria ser mais frequente e que fosse uma coisa mais divulgada, porque eu acho que a educação ambiental, que era uma coisa que teria que ser nossa, mas como pra muitos é uma coisa que tem que está divulgando (Entrevistada 3, 2017).

A entrevistada demonstra bastante coerência em sua crença sobre a importância da educação ambiental como uma parcela da própria educação

familiar, que deveria ser algo criado no sujeito desde cedo. Contudo, compreende que nem todas as pessoas possuem tal esclarecimento ou oportunidade para gerar esse tipo de educação no bojo familiar.Por essa razão, entende que essas pessoas precisam de apoio para alcançar esse tipo de consciência, para que sejam realmente educadas e efetivem uma mudança real de atitudes. Para tanto, se faz necessário implementar e persistir nas ações de educação ambiental, empreendendo-as com frequência, fazendo delas uma rotina que torne esse processo educacional permanente.A moradora relata, de forma frustrada, que somente soube de uma ação de educação ambiental no bairro, fez sua participação, mas que nunca mais ouviu nada relacionado para essa comunidade. Bem como, habituada ao esquecimento do bairro, acredita que algo parecido deve demorar muito a acontecer novamente na região, o que intensifica sua decepção com a descontinuidade do projeto.

Na quarta entrevista,, o morador afirma acreditar que a AMAVISA auxilia a comunidade com a oferta de palestras, uma iniciativa que encara como fundamental, porém, acredita que devido à falta de continuidade da educação ambiental fora desses momentos pontuais, favorece o não êxito dos resultados da ação:

> A AMAVISA ajuda muito com as palestras, uma ajuda muito boa, uma iniciativa que pra mim é essencial, mas como a gente sabe, quando a criança vai pra escola ela vai aprender português, matemática, história, geografia [...]. E ela não vai aprender a educação como pessoa. Primeiramente a educação como pessoa parte de casa e nas escolas ela vai aprender matérias, vai aprender pra futuramente ter um bom trabalho. E esse trabalho que tem em casa, que é um trabalho de consciência humana, né?! Tipo, você vai para o colégio e vai quebrar uma banca, uma cadeira? Eu acho que quem tem uma educação de casa não vai pra escola pra quebrar uma cadeira. Se você tem de casa uma coisa feito [...] “Ah, eu não vou quebrar uma cadeira!”. Você também não vai quebrar uma lixeira [sic.] (Entrevistado 4, 2017).

O entrevistado comenta que a educação ambiental é algo que deve formar parte da educação familiar, pois na escola é possível adquirir conhecimentos, mas os valores pessoais são adquiridos em casa. O morador compara atos de vandalismo como quebrar uma carteira na escola, aos atos de quebrar lixeiras nas ruas, alegando que essa questão é desencadeada pela ausência de educação no âmbito familiar, da fragilidade na construção de valores pessoais do sujeito.

Na quinta entrevista, a moradora diz que a pretensão dessa ação era educar a população sobre reciclagem, meio ambiente, entre outras coisas relacionadas. Quanto aos resultados da ação, acredita que não houveram grandes mudanças:

> Eu acho que pretendia educar a população em relação a reciclagem, educação ambiental, essas coisas [...] na realidade eu acredito que não funcionou muito não, porque a maioria do pessoal não faz o certo, não vai lá e coloca o plástico, vidro [...] tudo separado, não. Acho que tentaram educar, mas que não foi válido, na minha opinião. Que eu vejo que a ação do povo foi nenhuma. Não teve nenhuma não (Entrevistada 5, 2017).

A entrevistada enfatiza que sua percepção sobre os resultados da ação da AMAVISA foi de que a educação ambiental na população do Redenção não foi efetivada, pois não foi capaz de causar uma mudança nos hábitos da comunidade em relação à forma como lidam com as questões ambientais.

Na sexta e última entrevista, o entrevistado fala sobre os resultados que acredita terem sido alcançados com as ações da agência, informa que a pretensão clara era de que houvesse uma conscientização sobre a separação do lixo para reciclagem, mas que a descontinuidade do projeto fez com que fosse esquecido o propósito por parte dos moradores.

> Pretendiam [...] de acordo com o lixo que vem sendo acumulado tudo junto, pretendiam separar pra ter mais reciclagem até porque pra o meio ambiente isso é bom, né?! E através dos anúncios o pessoal fica mais educado pra fazer isso, falta mais anúncios pra o pessoal está sempre lembrando [...] a cada 2 meses [...] a cada 3 meses [...] pra o pessoal tá sempre lembrando, se não esquece. Isso aí faz muito tempo [a ação de educação ambiental] e o povo já esqueceu [sic.] (Entrevistado 6, 2017).

O entrevistado reconhece a boa intenção da AMAVISA na tentativa de conscientizar a população sobre reciclagem, especialmente em vista dos problemas relacionados ao lixo no bairro. O meio pelo que se sentiu mais afetado pela ação, foi ouvir orientações no carro de som, bem como por meio da entrega de panfletos e folders. Em sua opinião essa forma foi eficaz para a educação ambiental, porém, deveria ocorrer periodicamente e não somente de forma pontual.

**2ª Categoria: O que a ação da AMAVISA alcançou**

Prosseguindo as entrevistas, perguntou-se então para que a atividade empreendida serviu. A resposta do primeiro entrevistado foi de que a percepção geral da comunidade é de que não serviu para nada, que inclusive questionam a permanência dos PEVs no bairro, já que o lixo não é coletado.Insistindo em perguntar sobre o que ele acredita que a AMAVISA pretendia com o programa, o entrevistado se atém à implantação dos PEVs, à tentativa de conscientizar a população sobre depositar seu lixo naqueles locais para que a reciclagem viesse fazer a coleta, ainda consolida o fato de que isso ocorreu poucas vezes e simplesmente cessou.O entrevistado se detém fortemente ao fato da ausência de coleta nos PEVs, o que demonstra sua indignação e a necessidade de dar a atenção necessária a essa problemática. Considerando sua revolta com a situação dos PEVs, perguntou-se se o entrevistado tinha algo a dizer sobre a situação do bairro, sobre a coleta de lixo, ao que comentou:

> O que vão botando ali eu vou tirando, pode ir lá olhar que não tem nada dentro não, eu já tirei tudo. Tinham deixado aí um saco carregado de litro [...] tinha um saco com 35 litros de Teacher, botaram dentro e tava [sic] cheio, aí eu tirei os litros todinhos, tá aí o saco cheio [...] As vezes seu [Fulano] pega pra botar misturado os litros que não servem: Alcatrão, Montilla, tudo que é litro que não serve eu chego, boto tudo dentro do saco e fico esperando o lixão [Caminhão de coleta de lixo comum], e tanto boto que eu faço a limpeza e os meninos chega dizem ‘Dr. Elias [...]’ [Prefeito anterior], Agora não! Que agora é Aglailson [Atual prefeito], ‘Dr. Elias vai te dar um salário todo mês!’. Dinheiro pra eu fazer isto! [sic] (Entrevistado 1, 2017).

Depois dessa declaração, perguntou-se porque então o homem faz essa limpeza, ao que respondeu que se não for ao local retirar o lixo e levá-lo para locais de alcance do caminhão de coleta comum, os PEVs ficam abarrotados de resíduos. Então, debatendo essa questão com o entrevistado, concordou-se que, se o programa funcionasse como fora prometido, seria positivo tanto para ele quanto para a comunidade.Questionou-se então por qual razão ele acredita que se o programa estivesse em execução, favoreceria sua vida. Ao que respondeu que ajudaria a retirar todo o lixo que estava espalhado pela praça, uma vez que o PEV localizado nela estava abarrotado.

A segunda entrevistada prosseguiu dizendo que não houve efetividade na ação, pois as pessoas continuar a não colocar o lixo nas lixeiras. Perguntou-se por que ela acredita que isso não acontece, ao que responde que isso pode ser

“falta de educação”, acredita ainda que falta um processo de reeducação da comunidade, já que a instalação das lixeiras foi de que as pessoas não jogassem lixo no chão, mas que também depende dos moradores controlarem a forma como lidam com sua própria sujeita.Nessa parte da entrevista, é possível notar que a entrevistada delega toda a responsabilidade do fracasso da ação da coleta seletiva no bairro à própria comunidade local. Parece desconhecer o fato de que o caminho de coleta específico não passa mais pelo local, mas, em um segundo momento ela demonstra ter conhecimento disso, mantendo a posição de que a coleta não ocorre mais porque a comunidade não colabora, não faz sua parte.

A terceira entrevistada alega que sua prática individual de separação de lixo e envio de materiais para a reciclagem já era uma ação que ela fazia antes do programa da AMAVISA. Acredita que a ação auxiliou algumas pessoas em relação à conscientização, mas nem todas possuem essa formação de consciência, também que, embora a comunidade seja envolvida nessas ações, a prática da conscientização e as ações de coleta seletiva e reciclagem são responsabilidades individuais, já que cada pessoa decide como aproveitará melhor o processo de educação ambiental.A moradora acredita que mesmo que o programa alcance somente algumas pessoas, mas que elas estejam interessadas e comprometidas com a mudança de atitudes, farão a diferença e terão importância significativa na comunidade. Sobre o que acrescentaria a ação de educação ambiental, a entrevistada responde:

> [...] na minha opinião eles deveriam ter vindo antes, antes de colocar [PEVs], porque eu mesmo, quando eu soube, vamos supor [...] já foi um dia antes, eu acho que deviam ter divulgado a mais tempo. Porque nos preparam e a gente até se programava mais né?! Programar um tempinho pra ir pra lá ver, ficar mais tempo, entendeu?! Eu achei que deveria ter sido mais anunciado, mais divulgado. Porque eu gosto de participar dessas coisas, quando tem, eu sempre participo [...] (Entrevistada 3, 2017).

Além de divulgar com antecedência da implementação da ação, a moradora prossegue dizendo que acredita na necessidade de manter o programa em alta, continuar divulgando, já que uma única ação isolada não é suficiente para fomentar a educação ambiental, que deve ser contínua.

O quarto entrevistado sobre isso, acredita que as ações podem não ter alcançado seu objetivo pois o ser humano como um todo não possui consciência

suficiente para saber preservar algo que trará benefícios a ele mesmo. Pois a tomada de consciência seria fundamental para favorecer a efetivação das ações:

> O que falta pra dar certo é o ser humano hoje saber que aquilo ali vai fazer bem pra ele, porque normalmente eles fazem esse trabalho de colocar as lixeiras, e é muito bom, certo?! Quando o ser humano tem consciência, porque hoje você coloca uma lixeira no meio da rua e no outro dia tá quebrada. Acho que pra essas pessoas [AMAVISA] fazerem a manutenção se gasta muito [...] Se cada pessoa tivesse a consciência de tá vendo aquela lixeira e deixar aquela lixeira lá intacta e usar devidamente ela, seria muito, muito, muito bom. E até pra gente tirar as coisas recicladas e colocar novamente como objetos e etc. e várias outras coisas, né?! Mas só que hoje o que tá faltando realmente é o ser humano ter mais consciência e não está fazendo vandalismo e quebrar, que é o a gente ver muito [sic.] (Entrevistado 4, 2017).

Ainda que o ato de quebrar as lixeiras instaladas no bairro seja comum, os PEVs do Redenção não apresentavam traços de vandalismo nas visitas realizadas. Logo, a fala do entrevistado demonstra que não houve uma total compreensão de sua parte quanto aos propósitos da entrevista. Tanto que em suas falas posteriores, nota-se que o entrevistado acreditava que a ação de educação ambiental não foi restrita ao seu bairro, já que fala mais das lixeiras de outros bairros do que dos PEVs de Redenção.

A quinta entrevistada disse que as ações seriam mais efetivas se ocorressem mais palestras, bem como a firmação de parceria com a associação de moradores do bairro para empreender ações contínuas, já que a única ação ocorrida, sem continuidade, gerou poucos ou nenhum resultado efetivamente notável.

> A gente tem uma associação de moradores aqui que é parada, que deveria ser mais trabalhada, deveriam ter chamado mais a população, a comunidade para estar unido, para fazer estas campanhas, mas é tudo muito parado, tudo muito vago [...] não tem nada aqui! Teve aquela ação, aquela ação mobilizou a comunidade e pronto, acabou, não teve mais nada! E em questão da reciclagem [PEVs] que colocaram ali não serviu de nada, ficou mais pra enfeite mesmo, porque eu não vejo nada, eu nunca vi nem o pessoal fazer isso [separar o lixo] e nem a coleta [Caminhão de coleta seletiva] vim buscar. Eu nunca vi essa coleta de reciclagem aqui [...] colocou lá [os PEVs] e lá ficou. Nessas coisas tem que trabalhar mais isso, né?! [sic.] (Entrevistada 5, 2017).

A entrevistada pontua novamente a questão da continuidade das ações de educação ambiental, dizendo que seria essa a solução para modificar efetivamente os hábitos da comunidade, uma questão que deveria partir,

sobretudo, da associação de moradores, que deveria incluir a população nas atividades que realiza. A implementação da coleta seletiva em sua concepção, mobilizou a comunidade no momento inicial, mas devido à descontinuidade das ações e da não coleta dos caminhões especiais, a comunidade perdeu novamente o hábito de separar o lixo.

O sexto entrevistado disse que as ações funcionaram por conta dos anúncios feitos na época, mas ressalta a percepção dos demais entrevistados, de que quando os anúncios cessaram, as pessoas deixaram de empreender as ações conscientes, e passaram a acumular novamente o lixo, sem o processo de coleta seletiva, pensa que até mesmo quem fazia a coleta seletiva deixou de fazer quando a ação foi interrompida.

> Deveriam se juntar novamente e honrar o compromisso da coleta passar, uma vez na semana, duas vezes por semana, aí talvez junto com os anúncios o pessoal se conscientize que precisam da reciclagem. Quando estavam anunciando eu ouvia o pessoal comentando no bairro, colocando os vidros separados, os plásticos... e quando parou os anúncios o pessoal começou a esquecer, aí eu fui vendo (Percebendo) que foi devido a isso aí mesmo, devido aos anúncios que não foram prolongados, foi só naquele período curto e depois esqueceram [...] aí o povo esqueceu também (Entrevistado 6, 2017).

O entrevistado somente evidencia uma percepção que parece geral de toda a amostra, de que os prejuízos da descontinuidade da ação foi justamente fazer com que um hábito, ao invés de ser perpetuado, fosse totalmente esquecido. De forma que, sua crença é de que o processo de conscientização precisa ser longo e contínuo.

**3ª Categoria: A criação da consciência ambiental**

Na tentativa de mensurar o nível de consciência ambiental que a ação da AMAVISA pode ter deixado nessa população, perguntou-se porque é importante fazer a reciclagem e não colocar todo o tipo de lixo junto, mas sim separá-lo. O primeiro entrevistado respondeu que o que tiver por ali vai para o mesmo lixo, tudo é colocado no mesmo local e confirma que nada é separado. Então pergunta-se se ele acredita que é importante separar o lixo, o homem responde que a comunidade gostaria de fazê-lo, mas que o caminhão viesse buscar e levasse ao local correto de reciclagem, o que não acontece.Ao final da primeira

entrevista, fica bastante claro ao pesquisador que o entrevistado se encontra incomodado com a presença do lixo no PEV que não é regularmente coletado, deixando a ele que faça essa tarefa, se não quiser conviver com o local e as consequências do acúmulo de resíduos.O entrevistado, todavia, não demonstra conhecimentos sobre reciclagem e coleta seletiva, bem como parece ignorar a importância de separar os resíduos por tipos e descarta-los de forma devida. Ele enfatiza a sua revolta, já que foi lhe dito que o lixo depositado nos PEVs receberia tratamento diferenciado, o que claramente não se cumpriu. Visando esse descumprimento do que foi prometido, o entrevistado faz por conta própria a coleta do lixo dos PEVs.

A segunda entrevistada acredita que o presidente da associação de moradores deveria ter um foco maior nas necessidades do bairro, agindo e buscando apoio dos órgãos competentes para auxiliar nos problemas encontrados. Pois acredita que o bairro de Redenção somente é lembrado pelo poder público em período eleitoral, depois disso, é novamente esquecido.Em suas falas, nota-se também que a entrevistada se revolta pela ausência de medidas e políticas públicas direcionadas ao bairro, bem como cobra atitude dos líderes comunitários em cobrar e pressionar os órgãos públicos para gerar a implantação e continuidade de propostas.Ainda que a entrevistada mencione o abandono do bairro por parte dos políticos após os períodos eleitorais, continua atribuindo a responsabilidade à comunidade, alegando que a mesma não busca seus direitos e não tenta dar visibilidade aos problemas do bairro. Em sua perspectiva, uma pressão popular direcionada ao poder público, seria preponderante para beneficiar o bairro e gerar as ações necessárias.No meio da conversa a entrevista questiona a ausência de árvores pela cidade, quando o pesquisador comenta que observou algumas nos quintais das casas, a entrevistada diz que alguns moradores plantam suas próprias árvores, mas que a cidade é ausente de arborização, relata que mesmo a praça da cidade, anteriormente repleta de árvores, passou por cortes e agora não possui mais arborização.

> Então, isso aí [...] As pessoas deveriam vim [sic] e ajudar [...] A gente ver tanto por aí a fora, as crianças do colégio saem, no meio ambiente com as pessoas da ação social, vão plantar! Tira uma plantinha daqui pra [sic] plantar perto do rio, perto disso e daquilo outro [...] Fazendo uma nova... Como se diz? Eles estão fazendo com que a criança tenha responsabilidade naquilo que vai melhorar o universo! Para melhorar, a

> gente tem que fazer a nossa parte e aqui ninguém está fazendo a sua parte, a começar pelos governantes (Entrevistada 2, 2017).

Ao falar sobre os cortes das árvores que rodeavam a praça, a moradora se refere ao caso como um retrocesso ambiental, uma fala que demonstra a desconfiança gerada perante qualquer tentativa de ação que envolva educação ambiental. Isso se deve a não compreensão de empreender tais ações se não haverá continuidade.As ações são comparadas ao ato de cortar as árvores, levando à percepção de que a comunidade do bairro não está nem perto de ter uma educação ambiental adequada, o que se deve também à não continuidade das ações que são iniciadas junto a ela, isto é, nesse momento divide a responsabilidade entre o poder público e a comunidade.

Perante essas opiniões tão formadas, estimulou-se à segunda entrevistada a apontar quem seria mais culpado nessas falhas, se a comunidade ou o poder público. Ao que respondeu que certamente é o poder público que não dispõe de recursos para suprir os órgãos responsáveis pelos projetos, para que os agentes responsáveis por eles deem continuidade nos mesmos junto à comunidade.Dessa forma, prossegue dizendo que os que possuem maior poder aquisitivo passam a fazer investimentos próprios para a melhorar as condições, o que é a minoria da comunidade. O que a entrevistada questiona é justamente esse ponto, que na impossibilidade de tirar do próprio bolso para fazer algo pela comunidade no sentido ambiental, a maior parte da população simplesmente cruza os braços e deixa estar.

> Aí fica difícil, a gente querer cobrar de Sicrano [presidente da sede] uma coisa que a gente sabe que ele não pode fazer, vontade ele tem, ele montou uma academia aí para fazer ginástica, para fazer as pessoas de maior idade fazer ginástica. Tem uma pessoa que ficou paga pra ser professor de zumba e pronto, na terça-feira ele [candidato político do bairro] paga e na quinta-feira já cortou, quer dizer que ele [candidato político do bairro] só queria o voto, depois que ganhou ele ainda ficou mantendo a terça-feira e a quinta-feira se a gente quiser a gente paga [sic] (Entrevistada 2, 2017).

Em síntese, a entrevistada admite que os governantes podem, mas não querem investir na melhoria do bairro, de forma que o representante dos moradores, embora empreenda algumas tentativas, não consegue, sozinho e sem apoio do poder público, fazer grandes transformações na realidade do Redenção.

Ao final da segunda entrevista, perguntou-se se o programa da AMAVISA tivesse dado certo, o que a entrevistada acredita que traria de positivo para o bairro. Ao que responde que o principal ponto seria o caminho de coleta específica para encaminhar os resíduos para reciclagem, cujos materiais seriam vendidos e o dinheiro revertido para a associação de moradores, para fazer melhorias no bairro.Nessa parte final da entrevista, a entrevistada deixa claro que têm conhecimento de que o caminhão não faz mais a coleta do lixo dos PEVs, bem como enfoca a questão do benefício financeiro que a reciclagem dos resíduos do bairro traria em melhoria para os próprios moradores, auxiliando ainda a acarretar outros benefícios para a comunidade, caso fosse revertido para a associação de moradores.

A terceira entrevistada acredita que para fomentar essa conscientização, a divulgação é primordial, uma vez que, embora nem todos participem, os que participam geralmente se comprometem efetivamente. Porém, o estímulo inicial é facilmente deixado de lado se não há uma renovação, uma manutenção desse interesse, no cotidiano, no dia a dia dessa comunidade.A entrevistada também reclama sobre a rapidez com que acontecem os eventos, dizendo que a ação da AMAVISA lhe surpreendeu, e ela não teve o tempo que gostaria para se programar e fazer uma participação mais ativa e significativa no processo de educação ambiental do bairro.Comenta que gostaria de ter participado mais de palestras, atividades e da inauguração dos PEVs, pois sentiu falta da divulgação prévia do evento, o que ressalta insistentemente que não ocorreu. Em sua fala, deixa claro que existe a necessidade de continuidade da ação, já que a comunidade tende a deixar de lado caso não seja constantemente motivada, mesmo que desejassem fazê-lo. Ela consolida ainda sua percepção de que ações de educação ambiental deveriam ser uma parcela do cotidiano da comunidade, para que as ações não sejam esquecidas, mas, virem hábitos. Ao final, diz que tudo no bairro é esquecido, deixado de lado, demonstrando insatisfação com as condições gerais da comunidade.Novamente vêm à baila uma questão anteriormente levantada por outra entrevistada, de que Redenção é um bairro esquecido na cidade de Vitória do Santo Antão, abandonado à própria sorte pelos governantes da cidade e que é comum ter que ver as coisas serem iniciadas, mas nunca mantidas ou finalizadas nesse bairro. O que justifica essa sensação de abandono, falta de cuidado e atenção que é sentida pelos moradores.

Para o quarto entrevistado, a educação familiar é o que mais dificulta a aquisição da consciência ambiental e da educação vinda de outros meios. Retoma a metáfora de “quebrar as lixeiras”, dizendo que se recebeu uma educação em casa que determina que isso é errado, não vai fazê-lo em espaços públicos. O entrevistado bate na tecla de que a educação e a conscientização no âmbito familiar são os principais prejuízos para a ineficácia das práticas ambientais da população.

O entrevistado demonstra ter consciência sobre a importância da coleta seletiva e reciclagem para a sociedade e meio ambiente, mas se detém mais na questão do vandalismo com as lixeiras do que no ponto das ações de reciclagem. Quando questionado sobre se a coleta é feita no bairro, insiste que não é feita porque quando chega não há lixeiras no local. O que demonstra que desconhece o fato de que o programa foi descontinuado e o caminhão de coleta seletiva não passa mais pelo bairro.

Sobre o uso dos PEVs, o quarto entrevistado entende que as pessoas não separam o lixo adequadamente nos locais, mas que querem se livrar do lixo em suas casas e então colocam-nos nos pontos, o que para ele demonstra a falta de consciência da população. Ao final de sua entrevista, o entrevistado ainda comenta sua participação na distribuição de mudas de árvores pelo bairro:

> Sobre as mudas que deixaram lá na associação, deixaram pra mais de 30 mudas. Essas mudas foram distribuídas pra os moradores, pra pessoas que iam praticar alguma atividade na associação, e elas mesmo pegaram as mudas e levaram pras suas casas. Algumas mudas foram colocadas no campo, ao redor do campo para que se tenha sombra futuramente. Essas mudas também foram colocadas na praça e foi rápido, a gente distribuiu muito rápido pra que as plantas não morressem, porque se ficassem lá iam ficar esquecidas. Dentro de 5 dias elas foram todas entregues aos moradores. Pior que eu não sei como estão essas plantas hoje, né?! Essas que foram entreguem aleatoriamente, mas creio que metade delas estão vivas. As da praça não vingaram porque como não tinha ninguém tomando conta, algumas ficaram sem água, outras as formigas comeram, outras [...] por não ter vigilância, algumas crianças jogando bola na praça pisaram e não sobreviveram [sic.] (Entrevistado 4, 2017).

O entrevistado demonstra ter participado ativamente da distribuição de mudas, mas ressalta novamente os prejuízos da descontinuidade dessas ações, pois após a plantação, as mudas não foram cuidadas e não se sabe quantas

delas efetivamente sobreviveram. Nota-se aí a importância de perpetuar a conscientização para manter acesa a consciência ambiental.

A quinta entrevistada disse que para que houvesse a conscientização, as atividades tinham que ser permanentes, semanais ou, pelo menos mensais, a fim de manter a população engajada nas ações. Acredita também que a união da comunidade seria fundamental para a continuidade das ações, mas que o estímulo da AMAVISA ou de órgãos governamentais poderia oferecer o estímulo necessário para essa população.Sugere então a criação de uma rotina de atividades de educação ambiental no bairro, utiliza o termo “educação”, no sentido de “chamar a população a se educar”, o que denota sua crença de que a população possui a capacidade de se educar, cuja oportunidade de obter conhecimento se encontra nessa própria população. Também demonstra frustração ao dizer que mesmo que ela permaneça executando a coleta seletiva, se sente desanimada ao sentir que sua ação, isolada, não faz diferença. A entrevista então diz que para efetivar a conscientização:

> Deveria ter mais palestras pra incentivar mais o pessoal a fazer o que tem que ser feito: colocar o lixo no lixo. Infelizmente a maioria das pessoas não são educadas pra isso. Na verdade, a geração da gente não foi educada pra reciclar. A geração dos nossos filhos são educados pra reciclar, porém também não reciclam. E assim é uma associação de erros. Eu espero que pelo menos aqui em Redenção aja alguma coisa em relação a isso. Eu por exemplo, já desisti da associação dos moradores porque aqui a associação dos moradores e nada é a mesma coisa. Enfim, a gente espera que o poder político resolva, porém, a praça aqui de Redenção é um descaso total da prefeitura, independentemente de cor (partido) é um descaso total, eu acredito que Redenção é um bairro esquecido, porque não é um bairro turístico, um bairro muito visitado [...] [sic.] (Entrevistada 5, 2017).

A entrevistada finaliza os blocos de entrevista dizendo-se esperançosa em relação à ocorrência de mudanças positivas no quesito ambiental em seu bairro. Mas, não acredita que essa melhoria partirá da associação de moradores, acredita que o poder político pode fazer alguma mudança, mas critica o descaso dos partidos com o bairro. Ressalta ainda sua desmotivação em dar continuidade às próprias práticas de coleta seletiva e cuidado ambiental, por conta da descontinuidade das ações e do cuidado de outros problemas que ocorrem no bairro. Assim, pensa que uma nova ação teria de ganhar novamente a confiança da comunidade e ir, gradativamente, inserindo um processo educativo efetivo.

## 2.4 Discussão dos resultados

De maneira geral, foi possível entender que a amostra de pesquisa avaliada é concordante na insatisfação com a descontinuidade da ação de educação ambiental da AMAVISA, bem como acredita que por conta dessa descontinuidade, a ação como um todo de pouco ou nada valeu, pois não foi capaz de fomentar na população local uma conscientização efetiva sobre o meio ambiente.

Sobre o conhecimento da população em relação à coletiva seletiva e reciclagem, nota-se pouco conhecimento no geral, justamente o tema que foi eleito pela AMAVISA nessa ação. Assim, ao invés de encontrar diálogos ou ao menos entendimento sobre o significado das cores nos PEVs para separar os resíduos, além de conhecimentos sobre os malefícios ambientais causados pelo acúmulo ou descarte inadequado de lixo, as doenças que podem ser transmitidas, entre outros tipos de entendimento que fariam parte da educação ambiental, também não foram observados.Portanto, se a ação da AMAVISA focou na coleta seletiva e na importância da reciclagem, a falta de conhecimento da população sobre questões relacionadas a esses dois temas, demonstra que a educação ambiental não foi efetivada.

O trabalho de Matias e Pinheiro (2008), revela que o conhecimento é capaz de mudar o comportamento das pessoas e a concepção sobre o meio ambiente. O homem passa a refletir sobre a sua relação com a natureza e o desenvolvimento.

Sobre a descontinuidade das ações de educação ambiental a AMAVISA alega não dispor de recursos humanos ou financeiros suficientes para manter uma ação desse porte em funcionamento em qualquer bairro. Justifica que que o apoio da prefeitura da cidade seria fundamental e que essa, inicialmente concordou em oferecer apoio, mas recuou e não continuou com a colaboração.

Nota-se que o tempo é uma variável fundamental no processo educacional, contudo, como foi possível observar nos relatos dos participantes, a comunidade foi pontualmente motivada a empreender ações de coleta seletiva e reciclagem,

mas esse estímulo durou muito pouco para que se tornasse um aprendizado, para que virasse um saber e um hábito.

Em relação a essa percepção central que foi retirada dos resultados obtidos, de que faltou tempo para que a comunidade fomentasse uma aprendizagem social relacionada à educação ambiental, vale evocar as percepções de Del Prette (2005), que fala sobre o treinamento de habilidades sociais e como ele é calcado por um referencial teórico-prático que envolve conceitos e também procedimentos de avaliação-intervenção.Esses que são desenvolvidos partindo de estudos no campo da psicologia cognitivo-comportamental, na teoria da aprendizagem social, por meio de abordagens sistêmicas e ecológicas, entre outros métodos, com a união de estudiosos que se interessam pelo tema e que buscam recursos para desenvolver comportamentos necessários ao ajustamento social, saúde e qualidade de vida.

Sobre a ausência de engajamento governamental no cuidado com as ações voltadas ao meio ambiente no bairro e na cidade, é possível embater com questões que envolvem a gestão ambiental nas cidades. Em relação a isso, a Agenda 21 (1997) aponta que após um tempo de governos altamente afastados da questão ambiental na gestão de cidades, o Brasil retomou essa preocupação, elaborando premissas que vigoram a fim de reconstruir as cidades de maneira estratégica-ecológica e visão do entorno, que são colocadas tanto por parte de ambientalistas – com ideias de capacidade de suporte, pegada ecológica, equilíbrio energético, conforto ambiental, entre outras ações. Além de por meio de urbanistas, cujo enfoque sobre as cidades e contribuição para o fortalecimento de organizações sociais.

Ainda sobre esse ponto, Santos (2000) explica que cada vez é mais notável que o destino dos esforços de renovação ou reconversão terminou por ser o de frustrar, em maior ou menor grau, os protagonistas, a proporção de suas expectativas. Nesse bojo, passou-se a falar sobre o planejamento regulatório convencional, que ficou fragilizado gradualmente, debilitando-se no bojo do *welfare state* e, em países ‘semi’ periféricos, tal como o Brasil, da noção de Estado desenvolvimentista.Neste sentido, o autor prossegue dizendo que, diante de tal cenário, o desenvolvimento urbano sustentável já deixou de ser uma resposta velada às necessidades de planejamento urbano. Na realidade, imputou

uma ótica hegemônica a fim de tentar fomentar uma ‘atualização ecológica’ de um padrão capitalista de ‘desenvolvimento’ urbano.

Para Souza (2000) se a ideia-ação central do planejamento urbano regulatório convencional era tão somente modernizar o espaço urbano – complementando-se com ideias-ação como ordem, racionalidade, entre outras – no desenvolvimento urbano sustentável a ideia-ação central torna-se um tipo de modernização alinhada à proteção ambiental.De modo que, é só refletir sobre o *mainstream* da corrente do desenvolvimento sustentável, como um todo – cujo autor cita como exemplo o Relatório de *Brundtland*, que distante de problematizar o modelo social capitalista, toma o crescimento econômico de maneira simplista, como uma ação inevitável sem a qual a pobreza não poderia ser dizimada.

Assim, na agenda 21 (1997) dispõe-se sobre a retomada de um planejamento estratégico participativo e multisetorial, partindo de uma construção coletiva. De forma que a gestão urbana passe a se operacionalizar por meio de planos diretores e similares, cuja visão integradora entre o âmbito rural e urbano, possibilitem uma validação de municípios enquanto espaços dinâmicos e interdependentes, tomando como referência de análise outros arranjos espaciais e sócio funcionais, tais como os comitês de bacia, consórcios municipais, entre outros, como suas premissas de sustentabilidade.Ainda de acordo com a publicação, demais fatores importantes nessa concepção fazem-se necessários, bem como as inserções de custos ambientais e sociais nos projetos de infraestrutura, promoção de mudança de comportamento individual para o coletivo e internalização de hábitos novos de consumo, que sejam mais saudáveis, além do uso do espaço urbano com evitando o desperdício, entre demais formas de consumo urbano.

A Agenda 21 (1997) expõe ainda que a mudança do modelo atual de cidade, demanda esforços coletivos, uma vez que perpassa por uma premissa mais ampla de transformação em sociedades sustentáveis, com suas peculiaridades sócio ambientais, produtivas e essencialmente culturais preservadas. Tal eixo de estratégia, contudo, não visa desestimular a execução de atividades e ações menores a fim do alcance de objetivos, tomando como instrumentos essencial a educação formal e não formal da população.Explica ainda que os governos devem assumir princípios de sustentabilidade como eixos estratégicos que norteiam suas políticas públicas, bem como os cidadãos devem

mudar seus hábitos em atitudes em relação ao espaço urbano. Torna-se preciso então aprender a minimizar o consumo de água e energia, eleger produtos locais, optar pelo transporte coletivo, gerar menores quantidades de resíduos, entre outras ações.Todavia, a participação democrática deve ser plenamente assegurada por normas legitimadas no processo político e empoderamento pela sociedade local, possibilitando que sejam praticadas por instituições públicas, no trabalho de integração partindo de enfoques setoriais, caso contrário, o risco iminente é de que não sejam inclusas enquanto prioridades no âmbito da sustentabilidade as demandas por justiça social e também ambiental.

Em vista deste contexto, Del Prette et al. (2005) acreditam que o campo de treinamento de habilidades sociais pode ser explorado e adaptado a um enfoque mais sistêmico. De forma que pode imputar significativas contribuições e trazê-las para o contexto da educação ambiental, acenando com um grupo de possibilidades que podem ser estudadas de maneira melhor e mais profunda, bem como aplicadas em situações do cotidiano da população.

Foi percebido neste estudo o impacto negativo social que uma ação de educação ambiental é capaz de causar se interrompida bruscamente. Desta maneira,corrobora com o estudo de Galbiati (2012), que relata que algumas atitudes positivas provenientes da população no sentido de separar em sua residência os resíduos sólidos, acabam se descontinuando, isso acontece devido à falta de um programa de coleta seletiva continuado, desse modo fazendo a mesma população acreditar que tais ações não tenham utilidade nem importância para a construção da cidadania.

As estratégias de educação ambiental devem ser fundamentadas objetivando uma satisfatória gestão ambiental em seja qual for a localidade, estas devem ser um instrumento para as pessoas refletirem e mudarem suas atitudes, dessa forma a sociedade assume o compromisso de melhorar o meio ambiente ao qual está inserida (PELICIONI, 2004).

Segundo Morin (2003), as práticas educativas devem focar nas mudanças de hábitos, práticas sociais, atitudes, capacidade de avaliação, desenvolvimento de competências e participação efetiva dos aprendizes. Isto instiga a sociedade a compor novos conhecimentos que proporcionem “uma reforma do pensamento”.

Sendo assim, corrobora-se com esses achados teóricos, a percepção de que a cidade em questão demanda de uma integração de forças para que suas

ações de desenvolvimento sustentável sejam efetivadas e levadas adiante. Ao passo que, em relação à conscientização da sociedade, é necessário contar com uma ação contínua de educação para desenvolver a habilidade social de preservação ambiental.

## 2.5 Conclusão

É lamentável a falta de empenho dos gestores municipais no que diz respeito ao apoio dos projetos de educação ambiental, visto sua importância no decorrer do estudo. Na cidade da Vitória de Santo Antão existe uma comunidade carente de educação ambiental, de estímulos ao desenvolvimento intelectual e crítico, de um olhar holístico, de gestores engajados a entender os motivos de algumas campanhas educativas não prosperarem e investirem e se comprometerem para estas ações de educação ambiental continuarem. Apenas dessa forma haverá de fato uma mudança de hábito na população, refletindo no bem do ecossistema e preservação da biodiversidade.

## 2.6 Referências

ABDALA W. J. S.; et al. Educação ambiental e coleta seletiva: importância e contextualização no mundo atual. Revista Travessias. nº 2. 2008.

AZEVEDO, D. S.; et al. Resíduos sólidos: diagnóstico e proposições para o bairro de Redenção, no município de Vitória de Santo Antão/PE. InterEspaço, Grajaú/MA, v. 2, nº 5, p. 424-445, jan./abr. 2016.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 70. ed. p. 37. 2010.

_____. Análise de Conteúdo. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 70. ed. p. 121-127. 2010.

BESERRA, E. P.; ALVES, M. D. S.; PINHEIRO, P. N.C.; VIEIRA, N. F.C. Educação ambiental e enfermagem: uma integração necessária. Rev. bras. enferm. [online]. ISSN 0034-7167. v.63, nº 5, p. 848-852. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/reben/v63n5/26.pdf>. Acesso em: fev. 2016.

BRASIL.Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. **Panorama do Saneamento Básico no Brasil: Elementos conceituais para o saneamento**

**básico.**Brasília; Ministério das Cidades; v. 1. p. 36. 2009. Disponível em: <http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/271/PANORAMA_Vol_1.pdf?sequence=1>. Acesso em: dez. 2015

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Resolução n. 466/12 sobre pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília-DF, 2012.

_____. AGENDA 21. Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento. São Paulo: Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 1997.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n° 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, seção 1, 28 abr. p. 1. 1999.

DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. Psicologia das habilidades sociais: Terapia e educação. Petrópolis, Brasil: Vozes, 1999.

_____. Avaliação do repertório social de crianças com necessidades educacionais especiais. In MENDES, E. G.; et al. (Eds.), Temas em Educação Especial: Avanços recentes. São Carlos, Brasil: EDUFSCar, p. 149-158.2004.

_____; et al. Contribuições do referencial das Habilidades Sociais para uma abordagem sistêmica na compreensão do processo de ensino-aprendizagem. Universidade Federal de São Carlos. Departamento de Psicologia, v. 10, n. 20. p. 45-56. 2005.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S.*editors. Handbook of qualitative research. Thousand Oaks: Sage Publications; 1994.*

FREIRE, P. Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

GALBIATI, A.F. O Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos e a Reciclagem. 2012.

GIL, A. C. Métodos e técnicas da pesquisa social. Ed. Atlas, 5. ed. São Paulo, p. 220, 2008.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 26. ed. Petropólis: Vozes, p. 79-108. 2007.

MATIAS, H. J. D.; PINHEIRO, J. Q. Desenvolvimento sustentável: um discurso sobre a relação entre desenvolvimento e natureza. Revista Psicologia e Sociedade, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p.134-143, 2008.

PELICIONI, M. C. F. Controle ambiental de resíduos: curso de gestão ambiental Barueri. São Paulo: Manole, 2004.

SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. (Org.) Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,p.81-126. 2002.

SISSINO, C. S. Resíduos sólidos, ambiente e saúde: uma visão multidisciplinar. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2000.

SOUZA, M. L. O planejamento e a gestão das cidades em uma perspectiva autonomista. Revista Território, Rio de Janeiro, ano V, na 8, p. 67-100, jan/Jun., 2000.

# Referências


ABDALA, W. J. S.; et al. Educação ambiental e coleta seletiva: importância e contextualização no mundo atual. **Revista Travessias**. Cascavel-PR, n. 2. 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil– 2014.** Brasília: Abrelpe, 2014.

AMORIM, L. et al. Saúde Ambiental nas Cidades. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE AMBIENTAL.Caderno de Texto: Iª. Grupo de Trabalho Saúde e Ambiente da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. p. 126. 2009.

AZEVEDO, D. S. et al. Resíduos sólidos: diagnóstico e proposições para o bairro de Redenção, no município de Vitória de Santo Antão/PE. **InterEspaço,** Grajaú/MA, v. 2, nº 5, p. 424-445, jan./abr. 2016.

BARDIN, L**. Análise de Conteúdo**.Porto: Edições, 2010.

BESERRA, E. P. et al. Educação ambiental e enfermagem: uma integração necessária. **Rev. bras. enferm.**, Brasília , v. 63, n. 5, p. 848-852, out. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/reben/v63n5/26.pdf>. Acesso em: fev. 2016.

BOJADSEN, M. I. **Lixo e Reciclagem**. São Paulo: Manuais Técnicos de Seguros, 1997.

BRASIL. IBGE. **Cidades – Pernambuco**. 2016. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=261640>. Acesso em: mar. 2017.

_____. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental.**Panorama do Saneamento Básico no Brasil: Elementos conceituais para o saneamento básico.**Brasília; Ministério das Cidades; v. 1. p. 36. 2009. Disponível em: <http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/271/PANORAMA_Vol_1.pdf?sequence=1>. Acesso em: 02 dez. 2015.

_____. Ministério da Saúde. **Resolução n. 466/12 sobre pesquisa envolvendo seres humanos**. Brasília-DF, 2012.

_____. **Agenda 21**. Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento. São Paulo: Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 1997.

_____. **Lei n° 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a PolíticaNacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, seção 1, 28 abr. p. 1. 1999.

_____. Ministério do meio ambiente. **Programas de Governo.** Disponível em: <http://www.mma.gov.br/component/k2/item/8272-programas-mma> Acesso em: 03 mar. 2017.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente e saúde.** Brasília: Ministério da Educação, 1997.

_____. **EducaçãoAmbiental**: aprendizes de sustentabilidade. Brasília: SECAD, 2007.

_____. **Programa nacional de educação ambiental** – ProNEA. 3.ed. Brasília: MMA, 2005.

_____. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos: versão preliminar para consulta pública**. Brasília: MMA, 2011.

_____. **Lei N° 12.305 de 02 de agosto de 2010** - Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Brasília: MMA, 2010.

COMPROMISSO Empresarial Para Reciclagem. **Guia para Coleta Seletiva**. São Paulo:CEMPRE, 2016.

CONSUMERS INTERNATIONAL. **Consumo sustentável: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, Idec, 1998.

CUNHA, W. M. A. **Responsabilidade social e desenvolvimento sustentável: o papel do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE – Campus Vitória de Santo Antão**. 2011. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável)Recife: UPE, 2011.

D'ALMEIDA, M. L. O.; VILHENA, A. **Lixo Municipal**: Manual de Gerenciamento Integrado. São Paulo: IPT/CEMPRE, 2000.

DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. Psicologia das habilidades sociais: Terapia e educação. Petrópolis, Brasil: Vozes, 1999.

_____. Avaliação do repertório social de crianças com necessidades educacionais especiais. In MENDES, E. G.; et al. (Eds.), **Temas em Educação Especial**: Avanços recentes. São Carlos: EDUFSCar, p.149-158.2004.

DEL PRETTE, Z. A. P.; PAIVA, M. L. M. F.; DEL PRETTE, A.Contribuições do referencial das Habilidades Sociais para uma abordagem sistêmica na compreensão do processo de ensino-aprendizagem.**Interações,** São Paulo, v. 10, n. 20. p. 45-56. 2005.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S.(ed). **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks: Sage Publications;1994.

FERREIRA, J. A. **Resíduos sólidos, Ambiente e Saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

FIGUEIREDO, P. J. M. **A sociedade do lixo: os resíduos, a questão energética e a crise ambiental.** 2. ed. Piracicaba: Editora Unimep, 1995.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3.ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

GALBIATI, A.F. O Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos e a Reciclagem.**Educação ambiental para o Pantanal**. Disponível em: <www.redeaguape.org.br/desc_artigo.php?cod=92>. Acesso em: 03 dez. 2015.

GALVÃO, M. Reciclagem conquista o respeito do mercado. **Revista Plásticos Modernos,** n. 305, dez/jan. 2000. Disponível em: < www.cenedcursos.com.br/educacao-ambiental-e-coletaseletiva-dolixo.html>. Acesso em: dez. 2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26.ed. Petrópolis: Vozes, 2007.p. 79-108.

GÓMEZ, J. A. D.; et al. **Serviço Social e Meio Ambiente**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LOGAREZZI, A. Educação ambiental em resíduo: o foco da abordagem. In: CINQUETTI, H. C. S.; LOGAREZZI, A. (Org.) **Consumo e resíduo: fundamentos para o trabalho educativo**. São Carlos: EdUFSCar, p. 199-144. 2006.

MARCATTO, C. **Educação ambienta**l: conceitos e princípios. Belo Horizonte: FEAM, 2002.

MARIANO, Z. F.; et al. A relação homem-natureza e os discursos ambientais. **Revista do Departamento de Geografia,** São Paulo, v. 22,p. 158-170. 2011.

MATIAS, H. J. D.; PINHEIRO, J. Q. Desenvolvimento sustentável: um discurso sobre a relação entre desenvolvimento e natureza. **Revista Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p.134-143, 2008.

MELLO, D. A. et al. Os ensinos da educação para a saúde na prevenção de HIV-Aids: Subsídios teóricos para a construção de uma práxis integral. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro,v. 15, n.2, p. 85-92, 1999.

NEFFA, E. Educação ambiental no ensino formal: construção de caminhos metodológicos. *In:*CADEIRA, M. S. (Org.). **Educação Ambiental e agenda 21 escolar: formando elos de cidadania**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.p. 185-206.

ONU. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil: Vitória de Santo Antão** – PE. 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/vitoria-de-santo-antao_pe>. Acesso em: mar. 2017.

PEIXOTO, C. M. **Navegar é preciso, educar também é preciso: as contradições teórico-metodológicas do Projeto de Educação Ambiental dos Trabalhadores (PEAT), no âmbito do licenciamento ambiental para atividades de E&P Offshore.** Rio de Janeiro: PEAMB, UERJ, 2013.

PELICIONI, M. C. F. **Controle ambiental de resíduos**: curso de gestão ambiental Barueri. São Paulo: Manole, 2004.

PEREIRA NETO, J. T. Quanto vale nosso lixo. Projeto Verde Vale. Viçosa/MG: IEF/UNICEF, 1999.

PORTILHO, F. **Sustentabilidade Ambiental. Consumo e Cidadania**. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **Território e sociedade**. São Paulo: Hucitec, 2002.

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO. Secretaria Do Meio Ambiente. **Prefeitura da Vitória de Santo Antão.**Disponível em:<http//www.prefeituradavitoria.pe.gov.br/www3/secretaria-de-meio-ambiente/> Acesso em: nov. 2016.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.p.81-126

SISSINO, C. S. **Resíduos sólidos, ambiente e saúde**: uma visão multidisciplinar. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2000.

SOUZA, M. L. O planejamento e a gestão das cidades em uma perspectiva autonomista. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 8, p. 67-100, jan/jun., 2000.

SOUZA, J. C. A relação do homem com o meio ambiente: o que dizem as leis e as propostas de educação para o meio ambiente. **Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC**, São Paulo, n. 13, jan./jun. p. 107-139. 2009.

TOALDO, A. M. A educação ambiental como instrumento para a concretização do desenvolvimento sustentável. In: ÂMBITO JURÍDICO**, Rio Grande**, XIV, n. 87, abr., 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9171 >. Acesso em: maio. 2017.

UNESCO. **Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável 2004-2005.**Documento Final Plano Internacional de Implementação.Brasília: Unesco, 2005.

WAITE, R. **Household waste recycling**. London: Earthscan Publications, 1995.

# Apêndice A

## Pesquisa: ANÁLISE DAS AÇÕES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL REALIZADAS EM UMA COMUNIDADE DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO – PERNAMBUCO.

**Data da entrevista: _____/_____/_____**

**Entrevistador: _____ Duração:_____**

**Nº de identificação:_____**

## Roteiro de Entrevista Semiestruturada

**End.:**

**Questão disparadora:** O que esta(s) atividade (s) de educação ambiental que o senhor (a) participou pretendia na sua opinião?

# Apêndice B

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS - Resolução 466/12)

Convidamos o (a) Sr.(a) para participar, como voluntário(a), da pesquisa:ANÁLISE DAS AÇÕES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL REALIZADAS EM UMA COMUNIDADE DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO – PERNAMBUCO, que está sob a responsabilidade da pesquisadora Mirelle Jeniffer Ferreira de Lima, dados para contato: Rua O, nº 27, Redenção, Vitória de Santo Antão - PE, CEP: 55612-140, Tel: (81) 98811-7551 (inclusive ligações a cobrar), email: luajeniffer@gmail.com. Esta pesquisa está sob a orientação da Profa. Dra. Florisbela de Arruda Camara e Siqueira Campos, Tel. para contato: (81) 99946-3470 e coorientação do Prof. Dr. Luiz Miguel Picelli Sanches, Tel. Para contato: (81) 99978-9842.

Caso este Termo de Consentimento contenha informações que não lhe sejam compreensíveis, as dúvidas podem ser tiradas com a pessoa que está lhe entrevistando e apenas ao final, quando todos os esclarecimentos forem dados, caso concorde com a realização do estudo pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias, uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável.

Caso não concorde, não haverá penalização, bem como será possível retirar o consentimento a qualquer momento, também sem nenhuma penalidade.

**INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA**

O objetivo desta pesquisa éAnalisar a compreensão dos moradores do bairro de Redenção no município de Vitória de Santo Antão – PE, sobre as ações de educação ambiental realizadas na comunidade.

Será feita uma entrevista com duração a depender da sua disponibilidade que será gravada (apenas o áudio) para que se possa ter a sua integral opinião.

O estudo se constitui de risco mínimo, pois pode haver constrangimento ao ser entrevistado (a), todavia esse risco pode ser amenizado à medida que o entrevistador esclareça as suas dúvidas a cerca da pesquisa e também lhe possibilitando um local reservado para a entrevista.

Não existem benefícios diretos para os participantes da pesquisa, porém como benefício indireto essa pesquisa contribuirá para a melhoria das ações de educação oferecidas para a comunidade do município de estudo.

Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados serão coletados através de uma entrevista semiestruturada com questões elaboradas pela pesquisadora. A entrevista será gravada e a pesquisadora responsável pelo estudo se comprometerá em armazenar o material de áudio produzido, guardando-o em local seguro em sua residência por cinco (05) anos.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: **(Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br).**

---

(assinatura do pesquisador)

**CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)**

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudoANÁLISE DAS AÇÕES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL REALIZADAS EM UMA COMUNIDADE DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA

DE SANTO ANTÃO – PERNAMBUCO, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo(a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Impressão digital

Local e data _____

Assinatura do participante: _____

**Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar.**

| | |
|---|---|
| **Nome:** | **Nome:** |
| **Assinatura:** | **Assinatura:** |

# Anexo A

# PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE / UFPE-

## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** ANÁLISE DAS AÇÕES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - PERNAMBUCO

**Pesquisador:** MIRELLE JENIFFER FERREIRA DE LIMA

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 53137916.0.0000.5208

**Instituição Proponente:** Centro Acadêmico de Vitória de Santo Antão

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 1.435.672

**Apresentação do Projeto:**

Trata-se de uma pesquisa de trabalho de Mestrado da pesquisadora Mirelle Jenifer Ferreira de Lima, orientada pela Dra. Florisbela de Arruda Camara e Siqueira Campos e coorientada pelo Prof. Dr. Luiz Miguel Picelli Sanches do Centro Acadêmico de Vitória de Santo Antão, do Programa de Pós-graduação em Saúde Humana e Meio Ambiente- PPGSHMA. O projeto constitui-se em um estudo sobre a percepção da população do município de Vitória de Santo Antão no que tange às ações realizadas pela Agência Municipal de Meio Ambiente em relação à Educação Ambiental.

**Objetivo da Pesquisa:**

Os objetivos da pesquisa em relação à questão específica estão claros.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

A avaliação dos riscos e benefícios está prevista de forma adequada.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O projeto não apresenta incongruências passíveis de pendências, mas é econômico nas informações, na forma de apresentar a proposta e sua respectiva fundamentação. Por exemplo, a justificativa é minimamente considerada, quando em relação à temática há questões contundentes a serem abordadas.

**Endereço:** Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do CCS
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600
**UF:** PE **Município:** RECIFE
**Telefone:** (81)2126-8588 **E-mail:** cepccs@ufpe.br

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Os termos de apresentação obrigatória estão adequados e concernentes às resoluções do CNS com relação à pesquisa com seres humanos.

**Recomendações:**

Recomendamos que, durante as etapas da pesquisa, em suas conclusões e, sobretudo, na elaboração da dissertação ou trabalho para publicação, o tema seja explorado e abordado de forma mais abrangente e com profundidade.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Não encontramos elementos que justifiquem pendências, contudo ressaltam-se as observações realizadas no item recomendações.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

O Protocolo foi avaliado na reunião do CEP e está APROVADO para iniciar a coleta de dados. Informamos que a APROVAÇÃO DEFINITIVA do projeto só será dada após o envio da Notificação com o Relatório Final da pesquisa. O pesquisador deverá fazer o download do modelo de Relatório Final para enviá-lo via "Notificação", pela Plataforma Brasil. Siga as instruções do link "Para enviar Relatório Final", disponível no site do CEP/UFPE. Após apreciação desse relatório, o CEP emitirá novo Parecer Consubstanciado definitivo pelo sistema Plataforma Brasil.

Informamos, ainda, que o (a) pesquisador (a) deve desenvolver a pesquisa conforme delineada neste protocolo aprovado, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao voluntário participante (item V.3., da Resolução CNS/MS Nº 466/12).

Eventuais modificações nesta pesquisa devem ser solicitadas através de EMENDA ao projeto, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas.

Para projetos com mais de um ano de execução, é obrigatório que o pesquisador responsável pelo Protocolo de Pesquisa apresente a este Comitê de Ética, relatórios parciais das atividades desenvolvidas no período de 12 meses a contar da data de sua aprovação (item X.1.3.b., da Resolução CNS/MS Nº 466/12).

O CEP/UFPE deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (item V.5., da Resolução CNS/MS Nº 466/12). É papel do/a pesquisador/a assegurar todas as medidas imediatas e adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e ainda, enviar notificação à ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, junto com seu posicionamento.

Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE / UFPE-

Plataforma Brasil

Continuação do Parecer: 1.455.612

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|---|---|---|---|---|
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_651417.pdf | 12/02/2016 07:44:03 | | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | ProjetoPesquisa.docx | 12/02/2016 07:43:19 | MIRELLE JENIFFER FERREIRA DE LIMA | Aceito |
| Outros | LattesLuziMiguelII.docx | 05/02/2016 00:55:56 | MIRELLE JENIFFER FERREIRA DE LIMA | Aceito |
| Outros | LattesFlorisbelaII.docx | 05/02/2016 00:55:02 | MIRELLE JENIFFER FERREIRA DE LIMA | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE.docx | 05/02/2016 00:40:28 | MIRELLE JENIFFER FERREIRA DE LIMA | Aceito |
| Outros | cartaanuencia.pdf | 13/01/2016 20:48:06 | MIRELLE JENIFFER FERREIRA DE LIMA | Aceito |
| Outros | Curriculopesquisador.docx | 13/01/2016 01:35:28 | MIRELLE JENIFFER FERREIRA DE LIMA | Aceito |
| Folha de Rosto | folhaderosto.pdf | 13/01/2016 01:30:56 | MIRELLE JENIFFER FERREIRA DE LIMA | Aceito |

**Situação do Parecer:**
Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**
Não

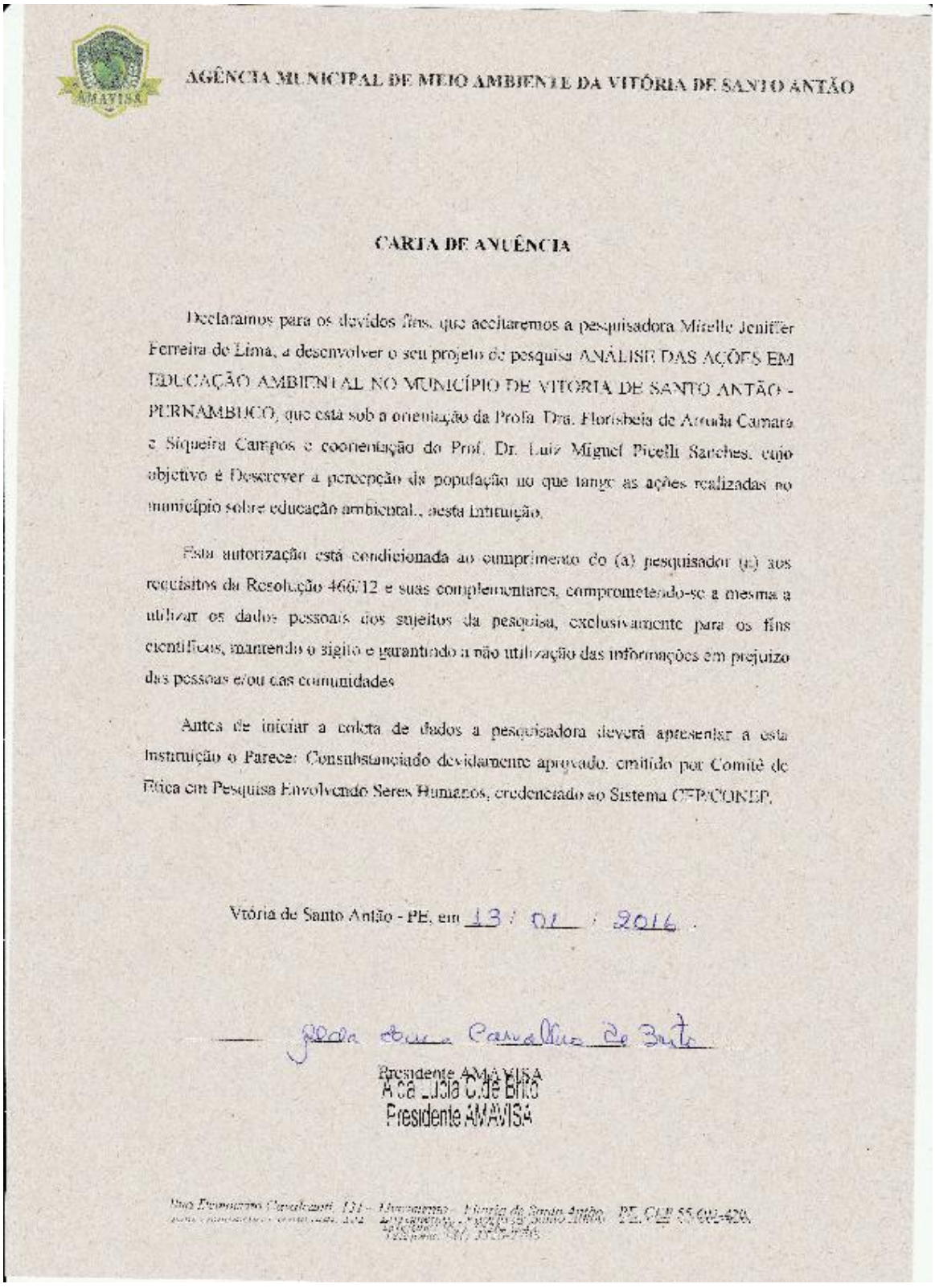
RECIFE, 03 de Março de 2016

**Assinado por:**
**LUCIANO TAVARES MONTENEGRO**
**(Coordenador)**

**Endereço:** Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do CCS
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600
**UF:** PE **Município:** RECIFE
**Telefone:** (81)2126-8588 **E-mail:** cepccs@ufpe.br

# Anexo B

# CARTA DE ANUÊNCIA



AGÊNCIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

**CARTA DE ANUÊNCIA**

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos a pesquisadora Mirelle Jeniffer Ferreira de Lima, a desenvolver o seu projeto de pesquisa ANÁLISE DAS AÇÕES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - PERNAMBUCO, que está sob a orientação da Profa. Dra. Florisbela de Arruda Camara e Siqueira Campos e coorientação do Prof. Dr. Luiz Miguel Picelli Sanches, cujo objetivo é Descrever a percepção da população no que tange as ações realizadas no município sobre educação ambiental., nesta Instituição.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento do (a) pesquisador (a) aos requisitos da Resolução 466/12 e suas complementares, comprometendo-se a mesma a utilizar os dados pessoais dos sujeitos da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados a pesquisadora deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Vitória de Santo Antão - PE, em 13 / 01 / 2016.

Presidente AMAVISA
Ana Lúcia C. de Brito
Presidente AMAVISA

Rua Francisco Cavalcanti, 121 – Universitário – Vitória de Santo Antão – PE. CEP 55.608-420

# Anexo C

# NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS: REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - RevBEA

CAPA SOBRE PÁGINA DO USUÁRIO PESQUISA ATUAL ANTERIORES NOTÍCIAS SUBMISSÕES QUALIFICAÇÕES

*Capa > Sobre a revista > Submissões*

## SUBMISSÕES

» Submissões Online
» Diretrizes para Autores
» Politica de Privacidade

### SUBMISSÕES ONLINE

Já possui um login/senha de acesso à revista Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)?
ACESSO

Não tem login/senha?
ACESSE A PÁGINA DE CADASTRO

O cadastro no sistema e posterior acesso, por meio de login e senha, são obrigatórios para a submissão de trabalhos, bem como para acompanhar o processo editorial em curso.

## DIRETRIZES PARA AUTORES

Prezados autores,

O recebimento dos textos é em fluxo contínuo, isto é, não há prazos para envio de textos, eles são analisados e publicados conforme temática e ordem de chegada. Ao receber os textos para análise, os editores enviarão para dois membros do Conselho consultivo. Com duas aprovações, o texto é aprovado para publicação e enviado ao autor para os ajustes finais (quando sugerido). Igualmente, na presença de dois pareceres desfavoráveis, o texto é rejeitado. No caso de empate, os editores enviarão para um terceiro parecerista para desempate. São nossas orientações:

Temática essencialmente direcionada à EA;
Preferencialmente atividade, pesquisa ou vivência já realizada, podendo ser ensaio teórico.

1. O(s) autores deverão quitar o valor de R$ 30,00 por autor (R$ 60,00 para dois autores, R$ 90,00 para três autores, etc.) e enviar cópia do comprovante de depósito via fax, por e-mail para seu Editor-Chefe (zneiman@gmail.com) ou anexo ao texto para submissão aos pareceristas. Este valor inclui tarifas postais, processos de expedientes dos editais, e outros serviços de editoração e revisão, porém, não implica na publicação definitiva, que somente será efetivada após a emissão dos pareceres favoráveis. Caso contrário, o trabalho não será submetido a parecer e nem publicado. Também este valor não será devolvido no caso de rejeição do trabalho enviado para submissão, seja pela qualidade dos conteúdos ou por não cumprir as normas da revista tendo em vista os motivos citados acima. A taxa de submissão poderá ser alterada a qualquer momento, em razão de reajustes de tarifas postais, hospedagem de sites, etc.

2. Conta para depósito da taxa de submissão: Titular: Zysman Neiman (Editor-Chefe); Banco do Brasil; Agência: 3023-6; Conta Corrente: 5588-3; CPF: 039.857.198-88.

OBS: Autores convidados estão dispensados do pagamento deste valor (este é o caso dos membros do Comitê Editorial), devendo o mesmo ser obrigatoriamente o 1° autor do trabalho. Os convites são pessoais e intransferíveis. Os autores que não são do Comitê Editorial serão convidados através de ofício nominal.

3. Todos os textos recebidos serão submetidos aos consultores da revista para a devida apreciação. As modificações ao texto, quando sugeridas pelos consultores, serão encaminhadas aos autores para consideração. Da mesma forma, será avisado ao(s) autor(es), via OJS, qdo texto for recusado.

4. Os trabalhos deverão ser encaminhados via OJS, sem elemento(s) que identifique(m) o(s) autor(es). Os dados relativos ao(s) autor (es) serão registrados no sistema, no momento da submissão.
3. Os artigos deverão ter no máximo vinte laudas, papel Letter, letra Arial, tamanho 12, espaço simples, margens de 3 cm, numerando as páginas.

5. Os artigos deverão vir acompanhados de um resumo em português, contendo no máximo dez linhas e três a cinco palavras-chave. As notas de rodapé, quando existirem, devem ser numeradas automaticamente em algarismos arábicos em ordem crescente. As referências bibliográficas citadas no interior do texto deverão ser feitas da seguinte forma: (Autor, data: página). As citações ao longo so texto deverão seguir as normas ABNT (AUTOR, ano, p.). As referências deverão ser apresentadas ao final do artigo, em ordem alfabética, da seguinte forma: a) Livros: AUTOR. Título em negrito. Local da publicação, Editora, data. b) Artigos: AUTOR. Título. Título do periódico em negrito. Local da publicação, número do periódico (número do fascículo): página inicial-página final, mês/ano.

6. Os autores são responsáveis pela exatidão das referências bibliográficas e pelas idéias expressas em seus textos.

7. Os artigos deverão, obrigatoriamente, ser encaminhados via OJS.

8. Os artigos obedecem as normas estabelecidas pela ABNT.

## CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, justificar em "Comentários ao Editor".
2. Os arquivos para submissão estão em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF (desde que não ultrapasse os 2MB)
3. Todos os endereços de páginas na Internet (URLs), incluídas no texto (Ex.: http://www.ibict.br) estão ativos e prontos para clicar.
4. O texto está em espaço simples; usa uma fonte de 12-pontos; emprega itálico ao invés de sublinhar (exceto em endereços URL); com figuras e tabelas inseridas no texto, e não em seu final.
5. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na seção Sobre a Revista.
6. A identificação de autoria deste trabalho foi removida do arquivo e da opção Propriedades no Word, garantindo desta forma o critério de sigilo da revista, caso submetido para avaliação por pares (ex.: artigos), conforme instruções disponíveis em Asegurando a Avaliação por Pares Cega.
7. Já foi ou será realizado o depósito de R$ 30,00 por autor (R$ 60,00 para dois autores, R$ 90,00 para três autores, etc.) na conta: Titular: Zysman Neiman (Editor-Chefe); Banco do Brasil; Agência: 3023-6; Conta Corrente: 5588-3; CPF: 039.857.198-88.